



# YANOMAMI: SOBREVIVÊNCIA

A luta dos indígenas pelo direito de existir diante da omissão do Estado e dos ataques provocados pela mineração ilegal



**Vacina, Brasil** — O Movimento Nacional pela Vacinação se espalhou pelo país, com unidades básicas cheias de adultos recebendo doses contra covid-19 e gripe, e crianças atualizando sua carteirinha. E você, querido leitor, já se vacinou? Fotos: Julia Prado, Walterson Rosa e Luís Oliveira/MS

**RADIS**

edição 247 ■ abril 2023

NOSSA CAPA: FOTO DE EDUARDO DE OLIVEIRA



3 EDITORIAL  
**Sobre genocídio e resistência**

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

10 EMERGÊNCIA YANOMAMI  
**No centro da emergência**

14 **Sete dias na CASAI**

22 **Operação Resgate**

POVOS INDÍGENAS  
27 **A mensagem da floresta**

30 **Palavras de uma xamã Yanomami**

ENTREVISTA | DARIO KOPENAWA  
31 **“Não é mais garimpo ilegal.  
É mineração industrial.”**

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO  
35 **Por uma Política de Equidade  
Étnico-Racial e de Gênero**

# Sobre genocídio e resistência

Um conjunto de ações e omissões governamentais direcionadas ao território e ao povo Yanomami, nos anos recentes, configuram-se como um crime de genocídio a ser submetido a tribunais nacionais e internacionais e ao julgamento da história. Um processo de destruição ambiental e de adoecimento e morte que teve como vetores a atividade mineradora ilegal, extremamente predatória e violenta, e a deliberada falta de atenção à saúde dos Yanomami, inclusive na pandemia de covid-19.

A intencionalidade de tamanha destruição ambiental, humana e simbólica transparece como o contexto de nossas reportagens desta edição especial. No entanto, cada texto e registro de imagem produzidos pelos repórteres Luiz Felipe Stevanim e Adriano De Lavor e pelo fotógrafo Eduardo de Oliveira buscam valorizar a resistência e a luta pela vida do ancestral povo Yanomami. A equipe registrou também o empenho dos trabalhadores do SUS, muitos deles indígenas, e de técnicos e especialistas de inúmeras instituições na corrida contra o tempo para salvar vidas e estruturar uma presença permanente de cuidados e ações intersetoriais.

Em Boa Vista, Radis viu de perto as ações do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública, coordenado pelo Ministério da Saúde, que reúne outros órgãos de governo, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e lideranças indígenas, desde que foi declarada a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em 20 de janeiro.

A reportagem acompanhou o treinamento da Força Nacional do SUS e conversou com trabalhadores de saúde, antropólogos e outros profissionais que já atuavam em Roraima ou que se voluntariaram diante da crise Yanomami, deslocando-se para os atendimentos na Casa de Saúde Indígena (Casai), em Boa Vista, ou para os polos base de Saúde Indígena. São experiências de muito aprendizado no encontro de culturas tão distintas.

No belo texto “Sete dias na Casai Yanomami”, o repórter e editor Luiz Felipe narra o cotidiano da casa em que cerca de 700 indígenas, entre pacientes e acompanhantes, aguardam atendimento no Hospital Geral de Roraima ou uma vaga em avião para retornar às suas regiões distantes. No depoimento dos profissionais, brota o quanto reaprendem a cuidar num contexto em que tudo é diferente. Da observação e interação com os indígenas, emerge a compreensão do quanto há de resistência na preservação e reinvenção dos hábitos na situação transitória. A matéria acaba por revelar as percepções e os sentimentos do próprio repórter no ir e vir e se comunicar ao longo da semana.

Ninguém permanece indiferente nesse contexto. O relato das equipes de saúde que primeiro desembarcaram antecedeu

à preparação da reportagem. Em alguns casos, a gravidade da crise humanitária foi insuportável. Em outros, desafiadora, como descreve o repórter Adriano ao acompanhar, passo a passo, um resgate de paciente em área indígena, a bordo de um pequeno avião. Para além da emoção implícita na operação, pôde constatar a resiliência Yanomami.

Acompanhando tudo com suas lentes, o fotógrafo Eduardo traz imagens que mostram desde a movimentação das operações emergenciais de saúde e a mobilização das lideranças indígenas até a presença dos corpos mais fragilizados com o mesmo respeito à dignidade das pessoas, dentro do espírito que conduz o interesse da Radis pela sobrevivência e resistência desse povo, que tem muito a ensinar.

Às margens do sagrado Lago Caracaranã, a 180 km de Boa Vista e próximo à fronteira do Brasil com a Guiana, Radis presenciou a 52ª Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima, que reuniu cerca de 2.500 indígenas de diferentes etnias em defesa da proteção territorial e da natureza.

Em entrevista à reportagem, o xamã Davi Kopenawa, liderança Yanomami que se tornou internacionalmente conhecida com o livro *A Queda do Céu*, reafirmou que, com o desmatamento e a destruição das florestas, não há futuro para os humanos sobre a Terra: “Nós, povos originários, somos guardiões da Mãe Terra para sempre viver bem, ter comida e trabalho, tomar banho e beber água limpa e saudável. Sem a floresta, é muito quente, vai esquentar muito o planeta. A água vai sumir. Fica seco.”

Dario Kopenawa, filho de Davi, conta que a população Yanomami dobrou em número desde a demarcação de suas terras, no início dos anos 1990, e recuperou a floresta devastada na primeira invasão de garimpeiros, no final dos anos 1980. “A gente estudou, se formou nas universidades, criamos a Hutukara [organização Yanomami, da qual é vice-presidente], foi uma conquista muito grande. Isso é uma história de resistência para o povo Yanomami e para o futuro também”, diz. Em sua avaliação, a nova onda de invasão tornou-se ainda mais cruel, porque contou com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro, ganhando uma escala industrial: “Não é mais garimpo ilegal. É mineração industrial”, explica.

O presidente Lula compareceu ao evento e recebeu das lideranças indígenas a Carta final aprovada na Assembleia, que demanda que “a retirada dos garimpeiros ilegais da TI Yanomami deve ser prioridade e não mais adiada” e que “Ministério da Justiça e Polícia Federal atuem para responsabilizar os envolvidos, entre eles o ex-presidente Bolsonaro e o governador de Roraima, Antonio Denarium”. A carta explicita ainda: “Somos contra a anistia aos garimpeiros”.

■ ROGÉRIO LANNES COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail: [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) | Tel: (21) 3882-9026 | Av. Brasil, 4036, Sala 510, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21040-361

### SÍNDROME DE DOWN

Como sempre, já adorei a matéria! O debate que incorpora pessoas com Síndrome de Down é muito bem-vindo. Defender a pauta sempre esteve presente na minha vida no cotidiano de experiências profissionais. Sigamos na luta por direitos!

Rosângela Gonzaga, Rio de Janeiro

É uma honra fazer parte desta edição!

Laura Simões, Maceió, Alagoas



### COLEÇÃO DE RADIS

Sou assinante desde o ano de 2004 e coleciono e encaderno todas as revistas e todas as edições. Tem sido de valia imensurável para o meu trabalho, como funcionário do Ministério da Saúde (desde o ano de 1985) e ora cedido (desde 2001) para a Secretaria Estadual da Saúde do Piauí, onde coordeno, desde o ano de 2006 o Programa de Controle das Leishmanioses. Com o advento do SUS, tivemos que dar total apoio aos municípios. No nosso estado, são 224 municípios distribuídos em 11 Territórios de Desenvolvimento (antigas 17 Regionais de Saúde).

No nosso trabalho no controle das duas leishmanioses, tanto visceral como tegumentar americana, tidas como doenças negligenciadas, onde temos alta incidência tanto em pessoas como em cães, a *Radis* tem contribuído muito nessa empreitada através dos anos. Meus sinceros parabéns a todo o corpo editorial.

José Gregório da Silva Júnior, Teresina, Piauí

R: Que maravilhoso relato, José Gregório! Adoramos saber da sua coleção. É também um belo registro histórico.

### RADIS DE PRESENTE

A cada dois meses, eu envio a *Radis* para a minha mãe. Em 10/12/2022, ela completou 85 anos. Mas, em novembro, ela me disse que queria um presente, que este presente seria uma assinatura da revista *Radis*.

Graças a Deus, minha mãe, uma baiana que nasceu na zona rural, cresceu trabalhando na roça, e até os dias de hoje cuida da sua horta e de suas criações. Ela lê a revista *Radis* e faz comentários com amigos e amigas da igreja e com as pessoas no encontro da terceira idade.

Tenho duas irmãs e um irmão. Sou o terceiro filho. Minha mãe se chama Carmelita Clara Santiago. Reside na cidade de Seringueiras, Rondônia. Um abraço para toda a equipe da *Radis*, e parabéns pelo bellissimo trabalho de vocês.

Cláudio Dias Santiago, Maracás, Bahia

R: Cláudio, ficamos emocionados com a história de dona Carmelita! São relatos assim que nos movem todos os dias.



### EXPEDIENTE

**RADIS**® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

#### FIOCRUZ

**Mario Moreira**  
Presidente

#### ENSP

**Marco Menezes**  
Diretor

#### PROGRAMA RADIS

**Rogério Lannes Rocha**  
Coordenador e editor-chefe  
**Justa Helena Franco**  
Subcoordenadora

#### REDAÇÃO

**Luiz Felipe Stevanim**  
Editor

**Bruno Dominguez**  
Subeditor

Reportagem  
**Adriano De Lavor,**  
**Ana Cláudia Peres,**  
**Liseane Morosini,**  
**Glauber Tiburtino,**  
**Lícia Oliveira;**  
**Luíza Zauza e**  
**Fernanda Mendes**  
(estágio supervisionado)

Arte  
**Felipe Plauska**

Documentação  
**Eduardo de Oliveira**  
(arte e fotografia)

Administração  
**Fábio Lucas**  
**Flávia Vianna Papacena**  
**Ingridi Maia da Silva**

### ASSINATURAS

Assinatura grátis  
(sujeita a ampliação)  
Periodicidade mensal  
Impressão RJ OFFSET  
Indústria Gráfica Sustentável  
Tiragem 120.400 exemplares

### USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos,  
citada a fonte original.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

## Novo Ensino Médio, o que está em jogo?

**M**ovimentos de estudantes e professores reivindicaram a revogação total do Novo Ensino Médio, criado pela Lei nº 13.415 de 2017, que entraria em vigor em todo o país em 2022. As críticas de educadores e discentes levaram à suspensão provisória do cronograma de implementação pelo Ministério da Educação (MEC): em 4 de abril, o ministro Camilo Santana abriu consulta pública até junho de 2023, com possibilidade de prorrogação, para avaliação e reestruturação da política.

No começo de março, mais de 300 entidades ligadas à Educação assinaram uma carta aberta apontando os 10 principais problemas da lei (Acesse a carta em: <https://bit.ly/cartarevogaensinomedio>). Em 7 de março, reuniram-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente Lula disse concordar com a necessidade de ampliação do diálogo para que se realizem adequações, mas não se mostrou favorável à revogação de toda a proposta.

Educadores contrários ao novo formato avaliam que o modelo deixa lacunas que podem agravar a crise do Ensino Médio. Estudantes de olho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também têm se queixado de que a diminuição da carga horária de disciplinas com conteúdos exigidos no exame irá dificultar o acesso ao Ensino Superior, especialmente aos alunos da rede pública.

As críticas também se referem à ausência de diálogo, uma vez que a legislação foi originada por uma Medida Provisória editada em 2016, ainda no governo do ex-presidente Temer. Outro ponto a considerar é a falta de estrutura para atender às novas diretrizes, que demandam uma oferta maior de atividades nas escolas e que as aulas passem a ocorrer em horário integral — requisito ainda sem prazo de implantação.



## OPINIÕES

“Precisamos de escolas com tecnologia, com professores atualizados e com condições de trabalho dignas e que valorizem nossas potencialidades e múltiplas inteligências.”

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (G1, 16/2)

“Sob o pretexto de dar ‘flexibilidade’ aos estudantes, o ‘Novo Ensino Médio’ esvazia a formação básica de quem é submetido a ele. História do Brasil, por exemplo, não existe mais. De maneira geral, disciplinas voltadas à formação do senso crítico e da cidadania ativa foram extirpadas. Em seu lugar entram conteúdos relacionados a ‘empreendedorismo’ e ‘marketing’. A reforma se exhibe como perfeitamente alinhada ao espírito do neoliberalismo.”

Luis Felipe Miguel, professor da UnB (22/2)

“Foi vendida a ideia de que o aluno poderia escolher entre cinco itinerários formativos, o que não acontece na prática. O aluno está sendo empurrado a fazer itinerário que a escola oferece, e nenhuma escola oferece os cinco itinerários formativos previstos.”

Helena Araújo, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Agência Brasil, 7/3)

“A aprovação e implantação do Novo Ensino Médio (NEM) foi um processo que atropelou totalmente um longo debate que estava acontecendo e era coordenado pelo MEC nas gestões Lula e Dilma, envolvendo trabalhadoras da educação em todo o Brasil.”

Elenira Vilela e Daniel Cara, educadores (4/4. Leia artigo completo: <https://bit.ly/artigonemradis247> )

# A CULTURA DA VIOLÊNCIA E OS ATAQUES A ESCOLAS

O Brasil está alarmado. A morte (27/3) da professora Elisabeth Tenreiro ao tentar defender estudantes de um ataque dentro de uma escola na Zona Oeste de São Paulo e o assassinato (5/4) de outra professora e de quatro crianças em uma creche em Blumenau, em Santa Catarina, mostram a complexidade da tragédia. Somente em 2022 e 2023, foram registrados 11 ataques a escolas no Brasil, isso sem levar em conta os casos mais recentes, segundo reportagem da BBC Brasil (11/4), que apresentou um levantamento do Monitor do Debate Político no Meio Digital da Universidade de São Paulo (USP).

Para a pesquisadora Michele Prado, autora do estudo, o aumento dos ataques é fruto de um processo de radicalização online em massa que atinge principalmente o público jovem. Já a pesquisadora Danila Di Pietro, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), relaciona os episódios ao avanço da cultura de violência no país, nos últimos cinco anos. “O uso de armas de fogo, de um discurso de ódio, separatista, racista, misógeno, homofóbico, até por autoridades oficiais, com isso ganhando escala pública, tudo isso faz com que as pessoas que cultivavam esses valores no seu ambiente privado passem a ganhar corpo público”.

## O papel da imprensa

Fotos e vídeos dos massacres nas escolas não circularam apenas nas redes sociais e sites pouco confiáveis. Alguns veículos de imprensa publicaram reportagens expondo as vítimas e revelando detalhes sobre os autores dos ataques, contrariando as recomendações para coberturas jornalísticas de casos similares. Depois das críticas, alguns veículos anunciaram que deixarão de divulgar a identidade dos agressores e detalhes de suas ações. A decisão segue a orientação de estudiosos que sustentam que esse tipo de conteúdo incentiva outros jovens a cometerem crimes semelhantes. A tese central do chamado ‘efeito contágio’, aponta a Folha de S.Paulo (6/4), é a de que os agressores, normalmente pessoas isoladas socialmente, buscam justamente a notoriedade.



## Pânico na web

Não bastasse todo o horror provocado pela recente onda de ataques reais a escolas em diferentes partes do país, a população ainda se viu atordoada em meio a uma enxurrada de notícias falsas. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, uma notícia falsa nas redes sociais levou à debandada de alunos em escolas da rede estadual de ensino. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro e em outros estados. Universidades públicas e privadas também receberam falsas ameaças.

## Sangue no Twitter

A silhueta de pássaro que identifica o Twitter apareceu sangrando em 11 de abril. Em poucas palavras, “Twitter apoia massacres”. Com a campanha, que viralizou chegando aos trending topics, os internautas criticaram a apologia à violência nas escolas praticada pela plataforma adquirida pelo bilionário Elon Musk. Em reunião com o governo brasileiro, representantes do Twitter se recusaram a tirar do ar postagens de conteúdo violento, conforme noticiou o G1 (11/4). Durante o encontro, uma advogada da plataforma disse que perfis que usam fotos de assassinatos de crianças em escolas não violam os termos de uso da rede social. Segundo apurou a Folha de S.Paulo (11/4), diante da afronta, o ministro da Justiça Flávio Dino subiu o tom, afirmando que “os termos de uso não se sobrepõem à Constituição e às leis, e não são maiores que a vida de crianças e adolescentes”. Ao tentar entrar em contato com o Twitter para comentar o episódio, o jornal informou que “recebeu apenas um email com um emoji de cocô”. Era assim, aliás, que a plataforma vinha respondendo a demandas de jornalistas desde 19 de março.



## Marco do saneamento

A Câmara dos Deputados derrubou (3 /5) trechos de dois decretos do presidente Lula que previam mudanças no Marco Legal do Saneamento Básico, aprovado em 2020. A legislação exige que as prefeituras licitem os serviços de água e esgoto e tira a possibilidade de contratar diretamente companhias estaduais. Na prática, ela abriu o caminho para a prestação de serviços por empresas privadas. O marco pedia, também, que as empresas estatais de saneamento comprovem capacidade econômico-financeira para cumprir os serviços a fim de atingir as metas de universalização.

Desde a mudança (5/4), o governo defendeu que a alteração feita pelo presidente coloca o interesse social acima do econômico. A proposta permitia que as companhias públicas continuassem a atuar sem a necessidade de licitação. Além disso, prorrogou até dezembro de 2025 os prazos para que as estatais comprovassem a capacidade de investir no setor e acabou com o limite de 25% para a realização de parcerias público-privadas pelos estados. Os deputados rejeitaram as alterações feitas pelo presidente e agora o texto segue para apreciação do Senado, sem definição até o fechamento desta edição.



DIVULGAÇÃO

## Relançado programa Mais Médicos

Annunciada como uma das medidas prioritárias da Saúde (Radis 245), a retomada do programa Mais Médicos foi oficializada em 20 de março. Na ocasião, foram elencadas mudanças em relação à primeira versão do programa, criado em 2013, e ao extinto Médicos Pelo Brasil, que o substituiu de 2019 a 2022. Dentre as principais características do novo Mais Médicos estão: a priorização da contratação de médicos brasileiros, a possibilidade de ampliação para profissionais de outras áreas da saúde e a adoção de incentivos para atuação e permanência dos médicos em regiões mais desassistidas e remotas (como a ampliação da oferta de formação, incluindo a possibilidade de cursar especialização e mestrado em até quatro anos). O exame de revalidação

de diploma para quem se formou fora do país (Revalida) não será necessário para atuação pelo programa na atenção primária.

Segundo noticiou o Jornal Nexo (21/3), profissionais de outras áreas da saúde, como dentistas, enfermeiros e assistentes sociais poderão ser incluídos na expansão do programa. A ministra da Saúde, Nísia Trindade, reforçou a importância das medidas implementadas para atender à população brasileira e garantir o acesso ao SUS: “Voltar com o programa significa contribuir com o compromisso de cuidar do povo brasileiro e das pessoas que sofrem com a falta de atendimento”, afirmou. O primeiro edital prevê a abertura de 5 mil vagas com bolsas no valor bruto estimado de R\$12.400.

- 15 MIL NOVAS VAGAS PREVISTAS PARA O PROGRAMA (5 MIL VIA GOVERNO FEDERAL E OUTRAS 10 MIL COM PREVISÃO DE CONTRAPARTIDA DOS MUNICÍPIOS)
- 28 MIL PROFISSIONAIS DO PROGRAMA FIXADOS EM TODO O PAÍS ATÉ O FIM DE 2023
- 41% DOS PARTICIPANTES DESISTEM EM BUSCA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO, SEGUNDO LEVANTAMENTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
- R\$ 712 MILHÕES SERÃO INVESTIDOS PELO GOVERNO FEDERAL AO LONGO DO ANO
- 96 MILHÕES BRASILEIROS TERÃO A GARANTIA DE ATENDIMENTO MÉDICO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA, PORTA DE ENTRADA DO SUS

Saiba mais em [www.maismedicos.gov.br](http://www.maismedicos.gov.br)



## Aumento da dengue gera alerta

O Ministério da Saúde instalou um Centro de Operações de Emergências de Arboviroses (COE Arboviroses), em março, devido ao crescimento preocupante de casos de dengue, chikungunya e zika no país nos primeiros meses de 2023. Com isso, pretende estratégias de controle de casos graves e óbitos.

Só por dengue, o Brasil registrou 139 mortes no primeiro trimestre, praticamente o dobro do mesmo período no ano passado, quando 70 óbitos pela doença foram registrados (O Globo, 12/4). Em relação ao número de casos, o país já se aproximava de 500 mil diagnósticos de dengue nas primeiras semanas de abril, contra cerca de 260 mil registros a essa altura em 2022.

Outras arboviroses também transmitidas pelo *Aedes aegypti* acompanham a curva de crescimento. Chikungunya e zika aparecem aproximadamente com o dobro de notificações de casos do que apresentavam no ano passado, segundo dados dos boletins epidemiológicos veiculados pela imprensa (G1) — porém, em números absolutos, ainda representam quantitativos bem menores do que os da dengue. Consulte a situação epidemiológica de sua localidade pelo InfoDengue, no endereço: <https://info.dengue.mat.br/>.

## Vacina contra gripe

O Ministério da Saúde lançou em 10 de abril a 25ª Campanha Nacional de Vacinação contra Influenza (vírus da gripe). A meta é vacinar ao menos 90% das 81,8 milhões de pessoas que fazem parte do grupo prioritário, até 31 de maio. Entre elas, estão idosos com 60 anos ou mais, crianças de 6 meses a 5 anos, gestantes e puérperas, professores e profissionais da saúde, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, pessoas com deficiência ou comorbidades, trabalhadores das forças de segurança, de transportes coletivos, dos sistemas portuário e prisional, caminhoneiros, militares e aqueles que estão privados de liberdade. Em 2022, apenas 68% do público-alvo foi imunizado. O número de mortes por gripe aumentou 78% nos últimos dois anos. Em 2023, 1,3 mil casos da doença foram confirmados, com 87 óbitos.



## Dez anos da chikungunya no Brasil

Estudo realizado por diversas instituições nacionais e internacionais, publicado em abril na revista científica *The Lancet Microbe*, analisou o comportamento da chikungunya, que chegou ao Brasil há 10 anos.

- 253.545 casos confirmados entre 2013 e 2022
- 60% dos municípios brasileiros com notificações
- Mulheres são 1,5 vezes mais afetadas — o risco aumentado pode estar relacionado à maior presença delas no ambiente doméstico, onde o mosquito *Aedes aegypti* encontra pequenos reservatórios que funcionam como criadouros
- 10 mortes confirmadas pela OMS apenas em 2023
- Atuação em ondas, que têm migrado do norte para o sul do país





RAQUEL PORTUGAL/ICT

“A forma mais efetiva de destruir a natureza é destruindo a cultura dos povos da natureza. Além da contaminação dos rios, dos incêndios na floresta, das queimadas, dos buracos de garimpo, dos rebanhos de bois, foi destruído algo que é mais difícil de recuperar: a cultura daqueles que mantêm a floresta em pé.”

Eliane Brum, jornalista, escritora e documentarista, na aula inaugural do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), em 5 de abril

## Prêmio Carolina Maria de Jesus

Estimular e fortalecer o circuito literário brasileiro com novas produções escritas por mulheres é o objetivo do Prêmio Carolina Maria de Jesus de Literatura Produzida por Mulheres 2023. Lançado pelo Ministério da Cultura em 5 de abril, a premiação homenageia a escritora mineira autora de *Quarto de Despejo* e busca reconhecer a diversidade cultural, de gênero e raça na literatura nacional. Serão selecionadas 40 obras inéditas nos múltiplos gêneros literários – contos, crônicas, poesia, histórias em quadrinho, romance e roteiro de teatro. Dentre elas, ao menos 20% devem ser de autoria de mulheres negras. Autoras indígenas, quilombolas, deficientes e ciganas também estão contempladas com cotas exclusivas.



DIVULGAÇÃO

Carolina Maria de Jesus, nascida em 1914, é hoje considerada uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira. Com apenas dois anos de estudo formal, tornou-se conhecida a partir da publicação de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, em 1960, no qual contava seu cotidiano como catadora de lixo na favela do Canindé, na cidade de São Paulo.




DELEGACIA DA MULHER/GO

## Delegacias da Mulher 24h

Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), agora, devem funcionar 24 horas, incluindo domingos e feriados, priorizar policiais mulheres, fornecer treinamento profissional, conter salas privativas para atendimento e disponibilizar algum contato para acionamento imediato em situações de violência. O presidente Lula sancionou o projeto em 4 de abril. No caso dos estados que não possuem uma Deam, a assistência à mulher vítima de violência doméstica, familiar ou sexual também deverá ser prestada por uma agente feminina. Atualmente, o Brasil possui 492 delegacias da mulher, das quais apenas 60 (12%) funcionam ininterruptamente, conforme apurou o G1 (8/4).

## Prevenção ao assédio

O presidente Lula também sancionou projeto que cria o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, no âmbito da administração pública e das empresas vinculadas ao Estado. Na prática, condutas que representam tais crimes têm que ser detalhadas e divulgadas, assim como os canais de denúncia. Procedimentos para encaminhá-las ao setor competente devem ser estabelecidos, entre outras medidas. 



# NO CENTRO DA EMERGÊNCIA

Conheça o trabalho de resposta à crise de desassistência vivida pelo povo Yanomami

ADRIANO DE LAVOR

No Centro de Boa Vista, Roraima, são quase oito horas da manhã de segunda-feira, 6 de março, e já não há mais lugar para se sentar ao redor da grande mesa que ocupa quase toda a sala onde diariamente acontece a reunião do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE Yanomami). O COE é ação concreta da resposta governamental à crise de desassistência identificada na Terra Indígena Yanomami (TIY), desde que o Ministério da Saúde (MS) declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em 20 de janeiro.

A medida foi tomada depois que a agência de notícias Sumaúma divulgou que 570 crianças de até cinco anos haviam morrido de causas evitáveis no território, entre 2019 e 2022. Como uma forma de gerenciar a resposta à emergência em âmbito nacional, o COE Yanomami está sob responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) do

MS e tem como atribuição coordenar as medidas a serem empregadas durante o estado de emergência, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação com os gestores estaduais e municipais do SUS.

Geralmente, um COE envolve apenas secretarias do próprio Ministério da Saúde. A complexidade da situação na TIY, no entanto, exigiu que a resposta contasse com a participação de diferentes setores do governo e da sociedade, já que os problemas encontrados ultrapassavam as fronteiras da Saúde. “No caso do COE Yanomami, há algumas especificidades, já que essa foi a primeira Espin decretada por situação de desassistência, por causa de um problema que é crônico, em todas as dimensões, e que não é somente da Saúde”, disse à Radis a pesquisadora Ana Lúcia Pontes, coordenadora do COE [Leia entrevista completa no site].

ESTA É A PRIMEIRA MATÉRIA PRODUZIDA POR RADIS COMO RESULTADO DA COBERTURA ESPECIAL SOBRE A EMERGÊNCIA YANOMAMI. DURANTE 10 DIAS, OS REPÓRTERES ADRIANO DE LAVOR E LUIZ FELIPE STEVANIM E O FOTÓGRAFO EDUARDO DE OLIVEIRA ESTIVERAM EM RORAIMA PARA ACOMPANHAR A CRISE VIVIDA PELOS YANOMAMI EM RAZÃO DA FALTA DE ASSISTÊNCIA E PELA INVASÃO DO GARIMPO EM SUAS TERRAS. AO LONGO DESTA EDIÇÃO E NAS PRÓXIMAS, VOCÊ CONFERE AS REPORTAGENS PRODUZIDAS COMO RESULTADO DESSE TRABALHO.



A sala do COE, em Boa Vista, é o cérebro da operação que busca salvar a vida dos Yanomami.

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA



“A emergência é salvar a vida de crianças”, afirma a coordenadora do COE, Ana Lúcia Pontes.

### TESTEMUNHAS DA CRISE

Naquela manhã de 6 de março, a equipe da Radis começava a acompanhar de perto as ações do COE, em Boa Vista, e a testemunhar a complexidade que é planejar, executar e monitorar ações em um território onde atuam inúmeros atores e onde se vive uma situação de calamidade — resultado da ausência e da negligência do Estado e de respostas insuficientes a demandas há muito reclamadas por lideranças indígenas.

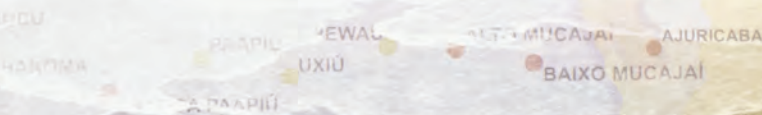
Na reunião, que acontecia na sede do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (DSEI YY), profissionais de diferentes instituições que foram deslocados à capital de Roraima discutiam com colegas, em Brasília, de forma virtual, temas como a estruturação de um centro de assistência à saúde no polo base de Surucucu, o incremento de ações contra a malária e tuberculose nas comunidades, além do início de uma campanha de imunização na Casa de Saúde Indígena (Casai), também situada em Boa Vista [Leia na página 14].

A rotina dos profissionais que circulam por aquela sala, com múltiplos mapas e diagramas, no entanto, é mais ampla e desafiadora. Em um trabalho conjunto, técnicos de diferentes ministérios, como Saúde, Povos Indígenas, Defesa e Desenvolvimento Regional, profissionais do DSEI YY, pesquisadores, voluntários da Força Nacional do SUS e de outras instituições, como Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), além de representantes de organizações indígenas e de universidades, tentam equacionar a difícil tarefa de atender às demandas emergenciais, ao mesmo tempo em que se deparam com problemas crônicos de infraestrutura, logística e de recursos humanos.



FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

Limites da Terra Indígena Yanomami



## O TAMANHO DA EMERGÊNCIA

A Terra Indígena Yanomami (TIY) é a maior do país, com 96,6 mil quilômetros quadrados, uma área aproximadamente do tamanho de Portugal. O território se estende por parte dos estados de Roraima e do Amazonas e ali vivem 31 mil Yanomami [veja quadro abaixo].

É na sala do COE que o diagnóstico dado pelas próprias lideranças indígenas sobre os problemas na TIY se torna roteiro de uma série de medidas que visam minimizar os impactos à saúde das pessoas que vivem na região, seja requalificando a estrutura física dos 37 polos base — muitos deles completamente destruídos por garimpeiros — seja reorganizando a força de trabalho e a assistência prestada em área indígena e na Casai.

Também é onde se monitora a remoção de pessoas doentes para Boa Vista, driblando as dificuldades de logística — o acesso ao território, em quase a sua totalidade, é feito apenas por via aérea. Em muitos lugares, as pistas estão em péssimas condições, o que impede que aviões de médio e grande porte possam pousar, levando pessoas de volta para casa, profissionais, equipamentos e insumos.

O esforço é multisetorial, mas a prioridade é única: salvar vidas. “O COE não é uma instância gestora, responsável pelo serviço, nem faz uma intervenção nesse serviço; ele é uma rede

de articulação interministerial e intersetorial de apoio ao serviço local, que nesse caso é federal, para garantir o enfrentamento de uma situação que não é exatamente um único agravo de saúde”, explica Ana Lúcia, que também é pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e integra o Grupo Temático de Saúde Indígena (GTSI) da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

A coordenadora destaca que a prioridade das ações, neste primeiro momento, é evitar a morte de crianças por causas evitáveis. “É uma situação estrutural, que demanda plano de gestão, logística, contratação e infraestrutura, num cenário onde ocorrem várias epidemias — que são principalmente a de desnutrição, a de malária e a de síndromes respiratórias. A tuberculose também está descontrolada, mas estas são o foco inicial”, completa.

Para alcançar bons resultados, as equipes locais do DSEI YY têm recebido o reforço de profissionais da Força Nacional do SUS (FNS). Até meados de abril, cerca de 100 voluntários já haviam passado pela região, contribuindo com os mais de 8,4 mil atendimentos médicos registrados pelo Ministério da Saúde. Novas instalações também têm sido projetadas, para que a assistência possa ser mais efetiva.

# CONHEÇA A TERRA INDÍGENA YANOMAMI



ABRANGE OS ESTADOS DE RORAIMA E AMAZONAS


376  
COMUNIDADES


31 MIL  
YANOMAMI


Em 14 de abril, o MS inaugurou um centro de referência em saúde indígena no polo base de Surucucu, com capacidade para tratar casos mais graves de desnutrição e malária. Até então, todos os pacientes eram removidos de avião para a capital Boa Vista.

Para se ter ideia do que representa a inauguração deste equipamento, somente em janeiro de 2023 foram efetuadas 223 remoções de doentes — 111 deslocamentos dentro do próprio território, entre aldeias mais distantes e os polos base, e 112 da TIY para Boa Vista. Também há planos para a construção de outro centro de referência em Awaris, outro polo base, conforme registrou a Agência Brasil (15/3). A medida diminuiria o tempo e os custos na assistência aos doentes que não podem ser tratados em área indígena. Em muitos casos, por conta das restrições para voos noturnos e com tempo nublado, pessoas em situação mais grave não resistiram.

O desafio é grande e complexo, mas já registra avanços, considera Ana Lúcia. Ela reconhece as dificuldades, mas destaca o compromisso de diferentes setores do governo em se responsabilizar pela resposta à crise. Diante disso, sinaliza como avanço o planejamento de melhores condições de trabalho para profissionais que atuam no território — o que trará melhorias no atendimento às pessoas — e na instalação de um protocolo de recuperação nutricional grave na Casa de Saúde Indígena, algo inédito na Saúde Indígena [Radis prepara reportagem sobre o tema].

A coordenadora alerta, no entanto, que o trabalho apenas está começando pois há muito a ser feito. “Quando a gente começa a ter menos remoções e urgências em área e mortes de criança, saberemos que estamos avançando”, pondera, ressaltando que isso só vai acontecer quando for possível manter mais equipes com insumos em área e quando algumas rotinas forem constantes, como o controle da desnutrição, da malária e da Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI). “Se estas três ações estiverem estruturadas, vamos ter alguma tranquilidade em saber que este problema principal vai estar minimamente resolvido. Mas eu não vejo isso em curto prazo”, adverte. 

 [Leia entrevista completa de Ana Lúcia Pontes no site de Radis]



**85%**  
**SÃO YANOMAMI**  
(ALI TAMBÉM VIVEM  
O POVO YE'KUANA E  
INDÍGENAS ISOLADOS)

**6**  
LÍNGUAS  
YANOMAMI

**60,7%**  
DOS HABITANTES TÊM  
MENOS DE 20 ANOS

**37** POLOS  
BASE DE SAÚDE



# SETE DIAS NA CASAI YANOMAMI

O cotidiano da Casa de Saúde Indígena em Roraima visto de dentro

LUIZ FELIPE STEVANIM

**DIA 1:**

## A CASAI YANOMAMI

**E**m silêncio, as mulheres Yanomami caminham com suas crianças nas costas, suspensas pelas tipoias coloridas feitas com algodão trançado. Os outros filhos as seguem pelos corredores. Em fila, aglomeram-se na entrada do refeitório enquanto aguardam a retirada do almoço. Logo retornam, uma após a outra, como quem segue por uma trilha na mata — com habilidade natural, equilibram a criança, mais de uma quentinha nas mãos, um copo de suco e a fruta de sobremesa.

No corredor, uma criança de cerca de dois anos, nua, parece contemplar o vazio à espera de alguém. Onde estaria a sua mãe ou o seu pai? O movimento dos Yanomami em direção ao refeitório não cessa. Mulheres e crianças sorriem e acenam, quando passam por nós. Longe da floresta, elas não trazem seus adornos habituais feitos de palmeiras e outros vegetais, na face e nos lábios. Adornam-se de plástico; fazem da embalagem descartada de agulhas, material para a confecção de brincos e colares.

Essa alternativa encontrada pelas mulheres Yanomami para se enfeitar é um retrato da forma como este povo reinventa o seu cotidiano na Casa de Saúde Indígena (Casai) Yanomami, em Boa Vista, Roraima, durante os longos meses de espera para voltar para casa. Deslocados de seu território, os indígenas buscam maneiras de resistir.

A complexa estrutura da Casai tornou-se o epicentro da assistência prestada durante a Emergência Yanomami, decretada em 20 de janeiro de 2023 [Leia na página 10]. Erguida na Zona Rural de Boa Vista, a 12 km do Centro, onde fica o Distrito

Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana (Dsei-YY), a unidade não é um hospital, mas um ponto de apoio que recebe os indígenas quando chegam do território.

Em 7 de março, quando lá estivemos pela primeira vez, a Casai abrigava 703 indígenas — entre pacientes e acompanhantes. Sempre oscilante, esse número chegaria a 737 pessoas nos dias seguintes, em uma estrutura em que caberia usualmente cerca de 300 indígenas. A maioria são Yanomami, mas há também Ye'kuana e outros povos.

Alojados em 18 malocas, em redes, e organizados por região, eles aguardam a conclusão do tratamento de saúde e a volta para o território. O que chamamos de “maloca” são pequenas construções de madeira ou alvenaria, semelhantes a casas, mas bem diferentes das grandes casas coletivas (xapono) que os Yanomami erguem na floresta.

A calma da manhã é cortada por um aviso de emergência. “Uma hemorragia”, ouvimos no corredor. A equipe de saúde, de prontidão no Posto de Enfermagem, corre para atender. O ferimento no braço enfaixado de um jovem indígena, de aproximadamente 16 anos, havia reaberto — o sangue pingava pelo chão. Depressa, ele é removido para o Hospital Geral de Roraima (HGR), em Boa Vista. A equipe informa que a lesão havia sido resultado de uma briga, durante a noite.

Brigas são comuns na Casai, especialmente no período noturno, instigadas pelo consumo de bebida alcoólica. O alcoolismo é uma questão séria de saúde vivida pelos Yanomami e atrelada à expansão do garimpo. “A bebida mata a gente. O pessoal não pensa direito. Não pensa na família. Não respeita gente, querendo brigar, querendo fazer conflito, querendo matar gente”, conta Maurício Irori Yanomami, agente de saúde indígena (AIS).

# ANOMAMI

A entrada de bebida no território Yanomami, assim como da prostituição, de infecções sexuais transmissíveis (IST) e da malária, é facilitada pelo garimpo — que se expandiu na Terra Indígena Yanomami (TIY) com a negligência governamental dos últimos anos. “Os garimpeiros pagavam para os homens da comunidade 11 gramas de ouro por mês. Mas como eles não tinham onde gastar, o garimpo trazia toda a mercadoria de fora e vendia para os próprios indígenas, literalmente a preço de ouro. Assim entrava a cachaça”, narra Carla Rodrigues, médica de família e comunidade que trabalhou 11 meses na TIY. Junto com o álcool, ela explica, vieram as doenças psiquiátricas, a interrupção do plantio das roças e a destruturação de todo o modo de vida Yanomami.

A permanência na Casai é longa — e pode chegar a meses ou anos. Quem nos conta é Marcelo Moura, com quem esbarramos em um dos corredores. Antropólogo do Museu Nacional, ele estuda a cultura Yanomami em seu doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 2018. Por falar uma das seis línguas deste povo, atualmente colabora com as equipes da Casai no levantamento de dados sobre os centenas de indígenas que vivem ali.

“Tem gente há anos [na Casai]. Ontem, na Casa dos Sanöma [um subgrupo Yanomami], encontrei uma família que está há um ano e pouco, porque a mãe está fazendo um tratamento longo. A família veio toda para ficar com ela”, relata. O transporte para o território, que se estende pelos estados de Roraima e Amazonas, só acontece de avião — e foi dificultado pelo cenário de desassistência, com a demissão de equipes e a destruição das pistas de pouso. “Agora mesmo ouvi de um Ye’kuana que ele está há dois ou três anos. Vem, faz o tratamento, não consegue voltar”.

## O ENCONTRO

No início da tarde, um grupo de mulheres e crianças Yanomami se aproxima para conversar. Uma das mulheres, que amamenta uma bebê de colo, segura em minhas mãos e tenta se comunicar com algumas palavras em português: “fome”, “criança”, “diarreia”, “muita”. A grande maioria dos Yanomami abrigados na Casai não fala português — porém, a barreira da língua que existia entre nós começa a se desfazer pelo esforço mútuo de diálogo.

Indago o que aconteceu, por que elas estão ali. A mulher responde com três palavras: “pai”, “óbito”, “malária”. Entendo que seu companheiro, o pai das crianças, morreu de malária no Hospital de Boa Vista. Pergunto o seu nome, ela se recusa a dizer. Por uma questão cultural, os Yanomami evitam falar seus nomes para estranhos, como já havia me dito Marcelo: “Eles têm muito receio de falar os nomes, pois acreditam que isso os expõe muito. O nome deveria ser algo reduzido a um círculo muito íntimo de parentesco e confiança”. Em relação ao nome dos mortos, então, há um completo tabu.

Pergunto se elas não almoçaram no refeitório. Ela tenta dizer que as crianças não se adaptam à alimentação, que têm muita diarreia. O filho mais velho também está no hospital — “malária”, repete. As outras três crianças estão com ela na Casai. O menor, de cerca de 4 anos, sem camisa, é Éfiso; o maior, que deveria ter uns 8 anos, vestindo uma camisa do time gaúcho Internacional, é Marico; e no colo, uma menina, ainda sem nome.

Ela me conta que são de Waputhá, uma comunidade da região serrana, próxima ao polo base de Surucucu — área muito atingida pelo garimpo. Por fim, em um gesto de confiança, ela me diz seu nome: Ifioma.

Ao longo daqueles sete dias na Casai, a família de Ifioma e eu iríamos nos encontrar muitas vezes.



Encontro com Ifioma, da comunidade de Waputhá: sete dias de diálogo.

Reação - Mplocça Paapim. Kayandau. Maxiu

**DIA 2:**

## O AGENTE DE SAÚDE DA FLORESTA

O crachá de “intérprete” indica que Maurício Irori Yanomami, 43 anos, é uma das peças fundamentais para a comunicação entre as equipes de saúde e os indígenas. O agente de saúde indígena (AIS) está há quatro meses na Casai; veio cuidar da papelada para a sua contratação e decidiu ficar. “Querida trabalhar em área com meu povo, mas agora quero ajudar aqui”, diz.

Sua aldeia fica em Maxokapiu, no curso médio do Rio Demini, na porção da Terra Yanomami localizada no Amazonas. O nome Irori é uma variação aportuguesada de Urihi, a floresta sagrada. O agente de saúde conta que o garimpo não chegou em seu território; por isso, a realidade é bem diferente daquela vivida pelos Yanomami de Roraima. “Nosso território não foi estragado pela bebida e pelo garimpo”, afirma. Mesmo com o abandono do último governo, os indígenas resistiram: “Fomos até a boca do rio, não passa gente de garimpo, tem segurança [indígena] lá”.

Na Casai, Maurício exercita o ofício do diálogo, que aprendeu com os mais velhos. “O agente de saúde indígena tem que organizar, conversar com o técnico de enfermagem, ver o que é preciso fazer”, narra. “Queremos fazer junto com a população”. O AIS é como um elo entre a equipe de saúde e os indígenas, pois, ao atuar como intérprete e mobilizar a população, ele contribui para superar as barreiras linguísticas e culturais. “Os brancos só trabalham, mas não entendem. Eles têm que ouvir os Yanomami”, resume, sempre direto.

Para os indígenas que moram na Casai temporariamente, há muito estranhamento em relação à alimentação. “Estamos acostumados a comer as comidas das roças e da floresta. Biju, macaxeira, banana assada, açaí, bacaba”, descreve Maurício. Cuidar das crianças e da alimentação, compreendendo essas especificidades culturais, é uma prioridade, segundo o agente de saúde, para superar os casos de desnutrição e evitar a morte de crianças. “Problema de criança é diarreia grave. Não acaba a diarreia, mistura vômito, fraqueza. Aí a criança morre”.

O longo tempo de espera na Casai gera ciclos sucessivos de adoecimento. Em 8 de março, eram 392 indígenas acolhidos e 288 acompanhantes, além de 57 pessoas de alta, sem previsão de retorno para o território. “Ficam quarenta dias, três meses, cinco meses. O acompanhante dos pacientes adoce também”, relata o agente de saúde. “Quando forem melhorando as crianças, têm que ir embora logo para a aldeia”, sugere.



Maurício Irori Yanomami: o AIS é um elo entre as equipes e os indígenas.

“ O agente de saúde indígena tem que organizar, conversar com o técnico de enfermagem, ver o que é preciso fazer. ”



Cozinhar os próprios alimentos é uma maneira de superar as barreiras culturais com a alimentação.

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA.



DIA 3:

## O ALIMENTO E O ESPÍRITO

O dia amanhece e a nutricionista Lucinara Martins da Silva já está pronta para aninhar as crianças em seu colo e aplicar a fórmula que tem sido utilizada no tratamento dos casos graves de desnutrição. Em uma dessas manhãs, quando acabava de chegar para mais um dia longo de trabalho, Nara — como é conhecida — recebeu o abraço de uma mãe Yanomami, que havia sido sua primeira paciente na Casai, e estava de partida para o território. “A satisfação é de estar salvando uma vida. Não vemos somente uma criança indo, mas uma família inteira recebendo alta”, relembra.

O abraço da mãe Yanomami significa, para Nara, mais do que realização profissional — como indígena do Povo Macuxi, é a sensação de cumprir um dever ancestral de cuidado. Segundo ela, as mães se sentem confortáveis em entregar os filhos em suas mãos. Com carinho, ela coloca a criança na balança, pesa, calcula a proporção peso/altura, aplica a suplementação. “Nosso objetivo é fazer com que essa criança se recupere não apenas de forma individual, mas como um todo”, afirma a nutricionista, responsável técnica pelo Centro de Recuperação Nutricional da Casai.

[Leia a reportagem completa sobre o trabalho da equipe de nutrição com as crianças Yanomami no site]

Ao passar por um grupo de mulheres e crianças, vejo Éfiso, o filho menor de Ifioma de quem falei no início da reportagem. Logo, a mãe também me reconhece e acena. Do nosso jeito, começamos um novo diálogo. Ela conta que os filhos choram e perguntam: “Cadê pai?” Segundo ela, as crianças também pedem comida: “Bolacha”.

Do lado de fora da Casai, alguns ambulantes vendem biscoitos, bolos, refrigerantes e doces. Ifioma diz que eles só aceitam fornecer os produtos mediante pagamento. Como a estadia na Casai pode se estender por muitos meses, os indígenas tentam



“A satisfação é de estar salvando uma vida”, afirma Nara Martins, nutricionista da Casai e indígena Macuxi.

FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

obter recursos para sobreviver no mundo do “deus dinheiro”, como define o xamã e líder espiritual Davi Kopenawa — a venda de artesanato e doações são as soluções mais comuns.

“Este espaço é muito mal gerido. Não tem o menor controle de quem entra e sai. Entram pessoas com bebida, pulam o muro”, narra o antropólogo Marcelo Moura. Mesmo com o fluxo maior de equipes, após o decreto da Emergência, problemas estruturais como desorganização e falta de limpeza nos espaços não foram solucionados. “Tem gente que está aqui nessa situação há muito tempo, porque não consegue voltar para casa. Para levar de volta essas pessoas, depende de toda a logística dos voos”, ele completa.

Com 96,6 mil quilômetros quadrados, uma área maior do que Portugal, a TIY abrange seis línguas e diferentes grupos de um mesmo povo, alguns deles rivais ou que não costumam ter contato entre si. “Existem Yanomami aqui [na Casai] que nunca se viram nem se veriam em um contexto tradicional, porque essas visitas muito distantes não acontecem”, explica o antropólogo. Por isso, os indígenas são organizados em malocas por região. “Esse sistema em que eles estão alojados a partir das regiões e comunidades é uma forma de fazer com que fiquem próximos de pessoas com quem já têm relações”.

A superlotação, contudo, favorece os adoecimentos recorrentes. “Nos abrigos e alojamentos, eles ficam muito próximos uns dos outros, sem ventilação. Tem gente com tuberculose ficando no mesmo espaço que gente saudável”, explica Marcelo. O alimento, para os Yanomami, não nutre apenas o corpo, mas também o espírito — por isso, a recusa ou a dificuldade em se alimentar com uma comida que não pertence à sua cultura não é algo relacionado ao simples gosto ou à vontade individual, mas diz respeito à pertença cultural.

“No fundo, tudo isso são violências. A alimentação dos Yanomami é algo, para eles, precioso e fundamental. É parte da ideia de hospitalidade. Se você é mal alimentado na casa que você visita, isso vai prejudicar as relações. Imagina o que eles pensam da gente, nesse lugar onde eles comem uma comida diferente da que estão habituados”, reflete Marcelo. “O que a gente vê aqui é um ambiente caótico, os Yanomami desconfortáveis, demorando muito mais do que se deveria para voltar para casa. Tem muita gente que está de alta esperando para adoecer de novo”, completa.



## DIA 4: O OLHAR DOS TRABALHADORES

No início da manhã, a equipe de vacinação prepara um espaço próximo às malocas para começar a aplicar as vacinas. No dia anterior, poucos indígenas tinham sido imunizados: de 125 nomes, apenas 17 haviam sido vacinados. Uma jovem Yanomami se aproxima, sugerindo que aquele dia poderia ser diferente.

Na maloca de Waphutá, encontro a família de Ifioma prestes a ser vacinada. Tranquilo, Marico recebe a dose da pneumo-13, ainda trajando a camisa do Internacional. Já Éfiso se assusta e chora bastante depois de receber a leve picada da agulha; a mãe tenta consolá-lo.

De prancheta na mão, a técnica de enfermagem Gislene Alexandre, a Giza, voluntária da Força Nacional do SUS (FN-SUS), atualiza os dados das famílias Yanomami. Quando chegaram, no início da Emergência, os voluntários mal tinham dados para trabalhar; os pacientes não contavam com prontuário. “A gente começou fazendo um levantamento por maloca, quem são as pessoas, quantas famílias, para entendê-los”, relembra. Ela procura saber quem é paciente e quem é acompanhante, às vezes consegue a resposta, às vezes não. “Na busca ativa, já encontramos crianças que precisaram ser removidas para o hospital. Fazemos remoção todos os dias”.

Giza é uma mulher negra, bem-humorada, que se orgulha de ser conterrânea de Milton Nascimento. A mineira de Três Pontas é também escritora, milita contra o trabalho escravo e atuava como voluntária da FN-SUS na Casai há 12 dias. “Receber esse chamado da floresta é como se fosse uma resposta ao coração. Sempre militei pela causa Yanomami desde que a gente soube dos problemas que eles estavam passando”, pontua.

A técnica de enfermagem conta que são poucos intérpretes — e, para conseguir se comunicar, ela já teve que apelar para as estratégias mais criativas, desde jogar futebol com as crianças até trazer miçangas para os indígenas confeccionarem artesanato. “Quando a gente identifica alguém que fala [os idiomas], vou fazendo o meu dicionário”. Ela conta que a equipe vai construindo, com o tempo, um vínculo de confiança com os Yanomami.

Marico, filho de Ifioma, recebendo a dose de vacina.



Giza Alexandre, da Força Nacional do SUS: “Vimos para tentar ajudar”.

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

Sua visão resume os desafios enfrentados pelos profissionais do SUS em uma emergência sanitária com essas proporções: “A gente não veio aqui para salvá-los, não temos condições. Vimos para dar suporte e tentar ajudar, como SUS, e devolver para eles o que a vida nos deu, que foi o aprendizado”.

No comando dos serviços de saúde da Casai há pouco mais de 2 meses, a enfermeira Lucilene Gomes Ferreira mal consegue parar para almoçar. Após o decreto da Emergência, a chegada de equipes da FN-SUS, da organização Médicos Sem Fronteira e de outras instituições ajudou a resolver o problema grave de falta de profissionais. “Hoje a Casai conta com médico em período diurno. Antes não tinha”, pontua.

Casos de desnutrição em crianças correspondem ao principal problema de saúde dos pacientes abrigados na Casai (69 casos, em 8/3, segundo dados do MS). Em seguida, aparecem pneumonia (62), malária (42) e diarreias agudas (37). A lista também inclui tuberculose (25), síndrome gripal (20) e violência (14), entre outras causas de adoecimento.

Lucilene explica que a volta para o território ainda é um gargalo a ser solucionado. “A alta não é simples, pois o acompanhamento é multidisciplinar. Às vezes um paciente precisa de alta clínica, da fisioterapia e da nutrição”, aponta. Naquele dia, já eram 65 pessoas aguardando o retorno — e havia 2 dias que não saíam voos com pacientes. Ouvimos relatos de que os Yanomami sentem muita falta dos parentes que estão na aldeia; mulheres choram pensando nos filhos que ficaram. Um indígena afirmou à nossa equipe que precisava ir embora para fazer a roça.

Contudo, há também os que não querem voltar. “Alguns não querem ir para a aldeia porque, quando o território foi atingido pelo garimpo, não há comida”, relata o técnico de enfermagem da FN-SUS, Cleston Soares, conhecido como Blade. Lucilene avalia que o maior avanço, desde janeiro, quando começaram as ações de resposta à emergência sanitária, foi a reabilitação nutricional, que evitou as mortes de crianças. Mas ainda há muito para ser feito, a começar pela melhoria na estrutura física precária. “Hoje temos indígenas debaixo de árvores. Quando chove, ficam nos corredores”, conta.



## DIA 5: A MULHER DAS SERRAS COM AS CRIANÇAS

No chão da Casai, famílias Yanomami acendem fogueiras para preparar seus próprios alimentos. Assam batata doce e banana, cozinham abóbora e macaxeira. Com facões, dirigem-se às matas das redondezas em busca de lenha. O cheiro de fumaça assando os alimentos sobe pelo ar.

No início da manhã, encontro com Ifioma, mãs pela primeira vez ela não sorri. Diz que a cabeça dói: “Corona”, sentença. O técnico no Posto de Enfermagem afirma que ela fará o teste para covid. Ela permanece sentada, no corredor, com a bebê no colo.

Ainda no posto, uma Yanomami de meia idade, da Missão Catrimani, acabava de chegar do HGR. Ele se recuperava de uma picada de cobra e ainda trazia um dos pés inchados. Não tinha acompanhante. “Foi grande a cobra. Saiu muito sangue”, conta Paulo Yanomami. O enfermeiro Gracione da Silva Santos pergunta: “Você tem rede?” Ele responde que não. “Temos que arrumar uma rede para ele”, diz o enfermeiro.

Há 21 anos na Saúde Indígena, Gracione tem 14 anos de Casai. Ele conta que, quando trabalhou na TIY, na comunidade de Xitei, aprendeu algo que passou a levar para o resto da vida: a dar sem querer nada em troca. “Se você levar [isso] como trabalho, você surta. Você tem que levar com leveza”, diz Gracione, que ainda conta sua história: tem seis filhos biológicos e dois do “coração”; a esposa, também profissional de saúde, faleceu de covid. Uma história para narrar depois.

Procuo por Ifioma e as crianças. O teste de covid tinha dado negativo. Ela agora estava feliz pois havia ganhado uma panela grande de uma equipe encarregada do cadastramento das famílias Yanomami. Na panela, estava escrito: “Para a mulher das Serras, com as crianças”.

Depois do almoço, vejo uma maca passar — tomo um susto ao reconhecê-la. Ifioma é transportada até a tenda do Hospital de Campanha das Forças Armadas, no pátio da Casai. Os dois



meninos, Éfiso e Marico, seguem atrás da maca, em silêncio e sem saber o que está acontecendo. A mãe é conduzida para dentro da tenda e os filhos ficam na porta, aguardando notícia. Procuo saber onde está a bebê e descubro que ela ficou com uma indígena mais velha na maloca.

Explico para a assistente social da FNS, Valéria Morales, que os meninos eram filhos de Ifioma — nem sempre as equipes têm essas informações à mão e desconhecem as relações de parentesco entre os acompanhantes. Ela me diz que a equipe médica avalia se a mãe será removida para o hospital. O que seria dessas crianças sozinhas na Casai, o pai falecido, a mãe hospitalizada? Valéria afirma que já houve relatos de crianças órfãs que são vítimas de abuso ou tráfico, por isso está atenta para acompanhar o caso.

Éfiso havia retornado para a maloca, onde estava a irmã menor. Marico, contudo, permanecia irredutível na porta da tenda, sob o forte sol das 14h em Boa Vista. Ele chorava, mas não arredava pé. Queria ver a mãe. Quando a equipe médica liberou a entrada, ele teve medo. Ofereci a ele um biscoito, ele se acalmou e entramos juntos.

Jamais sairá da minha memória os olhos de Ifioma ao ver o filho chegar. Uma lágrima desceu, em silêncio, pelo seu rosto. Nada disseram. Marico se agachou ao pé do leito e ali ficou. Deixei-os, pois a notícia era de que ela estava bem e não seria necessário removê-la para o hospital.



A estrutura precária e a exposição a doenças são problemas enfrentados pelos indígenas na Casai.



**DIA 6:**

## AS CRIANÇAS E A FOGUEIRA DA VIDA

No dia seguinte, fui à Casai em busca de notícias de Ifioma. Não conseguia esquecer a imagem das crianças caminhando atrás da maca. Logo esbarro com Marico e ele me diz que a mãe está na Enfermaria Especial feminina, um local onde as pacientes ficam sob observação, em redes. A médica explicou que ela teve uma espécie de convulsão, talvez devido à fraqueza. Testes de covid e malária, negativos. A investigação para tuberculose inicialmente também indicava resultado negativo. Os sintomas que Ifioma relatava eram gripais; porém, com o corpo debilitado e ainda amamentando, sua saúde estava frágil.

Ifioma sorri ao me ver, deitada na rede com a bebê. Afirma que está melhor, apesar da dor de garganta. As crianças a rodeiam na rede. Continuo meu trabalho na Casai, seguido de perto por Marico, que está muito atento ao meu ofício de jornalista. Outras crianças se aproximam, curiosas. Distribuo algumas canetas entre elas e folhas em branco do meu bloco de anotações. Elas fazem desenhos, imitam minhas letras, riem muito.

Para aquelas crianças, que jogam futebol no pátio e brincam em pequenos grupos, a Casai era um espaço de vida, ainda que temporário. A antropóloga Inara do Nascimento, indígena Sateré-Mawé, já havia nos alertado sobre essa necessidade de compreender essa reinvenção do território. “Nesse momento, aqui é um território. As dinâmicas do território são familiares, são dinâmicas de aliança, de conflitos, porque se vive assim no território. São dinâmicas de alegria”, ressalta, em nossa conversa.

Ela cita como exemplo o fato dos Yanomami na Casai construírem fogareiros para cozinhar os próprios alimentos, recebidos semanalmente por meio de uma parceria recente com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de incentivo à agricultura familiar. “Se vocês circularem por aqui e avistarem fogo, o fogo é um sinal de muita alegria. Onde há fogueira, há vida”, relata a pesquisadora, que integra o Grupo Temático (GT) Saúde Indígena da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e atualmente trabalha na Casai para incentivar a inserção dos olhares indígenas no cuidado.

Os serviços de saúde precisam se atentar para esses saberes da floresta, na visão da antropóloga Sateré-Mawé. “Os territórios da saúde separam a dimensão do corpo, do ambiente e do espírito. A gente está tratando aqui de uma saúde que vem do espírito também, né?”, pontua. Segundo ela, os não indígenas talvez tenham dificuldade de entender por que os Yanomami às vezes recusam a se alimentar com uma comida estranha à sua cultura. “O que eu como ‘incorpora’, literalmente. Será que eu quero me fazer esse corpo? Essa comida faz meu corpo? Ela me transforma e me incorpora em corpo Yanomami?”, reflete.

O uso de adornos improvisados, com plástico e outros materiais, é também uma forma de se apropriar e se reinventar naquele território em que vivem por tanto tempo. “Não é um improvisado ao acaso: estamos reproduzindo o nosso território e a beleza dos nossos corpos”, constata Inara.



Recriar o território: crianças Yanomami reinventam brincadeiras nos longos meses de convivência na Casai.

## DIA 7: O SUS INDÍGENA

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

E se a Casai fosse organizada a partir do olhar indígena? Breno Caique é um dos 12 gestores em Saúde Indígena contratados recentemente, pelo Ministério da Saúde, para unir o conhecimento técnico com os saberes dos povos originários. São 12 indígenas de diferentes etnias em uma posição em que geralmente não costumam estar: a de gestores. A presença de indígenas nos espaços decisórios das políticas públicas e como profissionais do SUS, na visão de Breno, é um passo fundamental para que eles não estejam apenas no lugar de “pacientes”, mas sejam protagonistas na construção do cuidado e na garantia de direitos.

“Com nosso olhar de indígena, a gente, que é representante legítimo, pode atuar juntamente com a comunidade, garantindo a continuidade do cuidado em saúde”, destaca. Formado em Saúde Coletiva Indígena pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) em 2021, o jovem do povo Macuxi começou a trabalhar na Casai em março de 2023, com a tarefa de organizar a assistência no período noturno, quando há o maior déficit de profissionais. “Há escassez de equipe. A equipe multidisciplinar é muito pequena e não consegue suprir a demanda de toda a comunidade que está aqui”, pontua.

Breno conta que a proposta dos 12 gestores em Saúde Indígena, durante a Emergência Yanomami, é contribuir com o levantamento de quem chega e quem sai, verificar os casos de agravos, como tuberculose, e garantir que a alimentação seja acessível aos Yanomami. “A gente precisa ter esse olhar com cuidado e sensibilidade, porque é uma cultura totalmente diferente. Temos que respeitar os seus sonhos, a sua resistência, os seus meios de se alimentar”, defende.

[Leia o perfil de Breno Caique no site]

Para quem conhece a Casai por dentro e identifica as imensas carências de estrutura e de melhorias no cuidado, fica a constatação de que os dias da Emergência Yanomami estão longe de terminar — ainda é preciso a continuidade dos esforços para devolver dignidade à Saúde Indígena. Os nossos dias de reportagem, contudo, chegam ao fim — pelo menos, por enquanto. É hora da despedida.



Breno Caique, gestor em Saúde Indígena e indígena Macuxi: sensibilidade e cuidado.

FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

Na última manhã na Casai, um dia ensolarado como em geral são as manhãs em Boa Vista, encontro Ifioma de volta à maloca de Waputhá. Ela me diz que se sente melhor, enquanto amamenta a filha na rede. Os meninos, Éfiso e Marico, e outros amiguinhos que sempre estavam por perto, me cercam e adiam a minha partida. Nesses dias de convivência, aprenderam a me chamar de “Luissa”, em referência ao meu nome Luiz.

Sigo até o carro na companhia deles — Ifioma com a bebê no colo, seguida pelas crianças. Penso no laço de amizade que construímos ao longo desses sete dias e que talvez nunca mais os veja. Mesmo que esteja de volta à Casai ou à Terra Yanomami, quais seriam as chances de um voo para Waputhá, nas Serras? Marico entra no carro alugado pela reportagem, senta-se no volante e diz que queria passear na cidade. “Até breve”, digo, enquanto eles acenam na estrada. A família, agora, vai aguardar a alta do filho mais velho, Rocineu, até que chegue a hora de retornar à aldeia.



FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

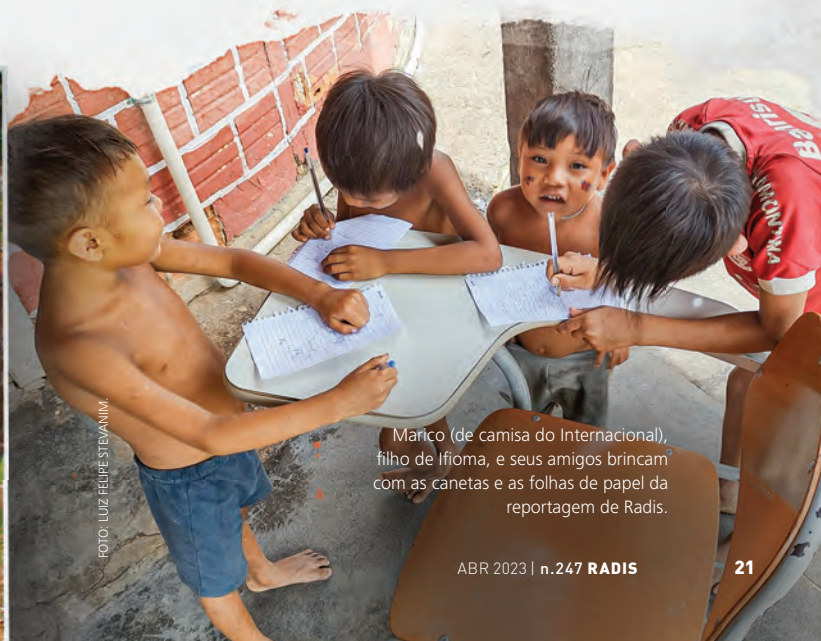



FOTO: LUZ FELIPE STEVANNIM

Marico (de camisa do Internacional), filho de Ifioma, e seus amigos brincam com as canetas e as folhas de papel da reportagem de Radis.



Piloto faz aproximação da pista de pouso do polo do Baixo Mucajá, na TI Yanomami em Roraima.

# OPERAÇÃO RESGATE

A complexa e delicada operação de remoção de pessoas doentes da TI

ADRIANO DE LAVOR

## DESTINO: YANOMAMI

A cidade vai ficando para trás. Aos poucos o pontilhado de branco, cinza e cor de terra que tinge casas, praças e avenidas de Boa Vista abre espaço para os diferentes tons de verde que se misturam em plantações e pastos vistos do outro lado da Ponte dos Macuxi, cartão postal da cidade e trecho inicial da estrada que integra o Brasil à vizinha Guiana. Olho para o pulso e vejo o relógio marcar, além das horas, o tremor de minha mão. Ela agarra a caneta, que desliza freneticamente palavras e sensações soltas, registros de medo e excitação. No caderno eu anoto: finalmente!

São 10 horas da manhã do dia 15 de março de 2023 e eu estou a bordo de um monomotor, a mais ou menos sete mil pés de altitude, a caminho da Terra Indígena Yanomami (TIY). Finalmente consegui acompanhar um dos voos que diariamente decolam da capital de Roraima para fazer a remoção de doentes que não podem ser tratados em terra indígena. Desde que foi declarada a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), as viagens têm sido constantes, dadas as condições dos postos de atendimento no território — muitos deles desativados ou mesmo destruídos com o avanço da mineração ilegal.

Naquele momento, uma média de nove resgates eram feitos diariamente. Um mês depois, o número já havia caído

pela metade, segundo informações do Distrito Sanitário Especial Yanomami e Ye'kuana (Dsei YY). Durante os dias em que a equipe da Radis esteve em Roraima, foram inúmeras as tentativas de ir até a área indígena, inviabilizadas pela alta demanda de pessoas necessitando de resgate e, por outro lado, pelo grande número de indígenas abrigados na Casa de Saúde Indígena (Casai), à espera do retorno para casa.

Como a terra-floresta yanomami — como a descreve Davi Kopenawa — é imensa e muitos lugares só são acessíveis por via aérea, em muitos momentos nos vimos diante do dilema: como ocupar em um voo o lugar de alguém que precisa de ajuda ou há muito espera voltar para casa? Até o último momento, achamos que não conseguiríamos, penso, ao olhar pela janela do avião o traçado geométrico que marca plantações e pastos. Vistos de cima, parecem abstrações. Estamos na metade do percurso previsto, informa o técnico de enfermagem Rui Deglan apontando para as águas amareladas do rio Mucajá, limite da TIY. “Aqui começa o território Yanomami”, diz, driblando o barulho monótono do motor.

“Se cairmos a partir daqui, adeus!”, brinca comigo. Daqui a pouco vamos pousar, anuncia o comandante Andrade, com a calma de quem tem 14 anos de experiência de voo na região. Ele preenche a planilha de voo enquanto acompanho a sombra do avião atravessar o ocre barrento do rio e sinto a temperatura diminuir, ao adentrar no verde mais escuro da floresta. Concentro o olhar nas serras que emolduram a paisagem e sinto a respiração voltar ao normal diante da beleza matizada de verde. Rui cochila ao meu lado. Estamos nas mãos de Omama, anoto, pedindo em silêncio permissão para os espíritos guardiões da floresta. Estou prestes a pisar pela primeira vez na terra do povo que segura o céu.

## OS PLANOS DE VÔO

O plano de registro jornalístico de um resgate foi reajustado em minutos, no início daquela manhã, tempo suficiente apenas para eu ir ao banheiro, beber água, ser pesado com minha mochila e embarcar no avião. Desde o início do dia, o fotógrafo Eduardo de Oliveira e eu esperávamos por uma chance de acompanhar uma remoção em área indígena. A promessa inicial é que iríamos ao polo base de Surucucu, a cerca de 3 horas de voo de Boa Vista, de onde uma equipe do Dsei traria duas pessoas.

Ao chegar à base da Voare, empresa que administra os voos de remoção, fomos informados que não seria possível, já que o número de passageiros transportados na viagem de volta seria maior que o previsto. “Muito peso”, disse-nos Pedro Fredericks, coordenador de voos da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde (MS).

Na sala de embarque, a movimentação era grande. Geovane de Oliveira e Jeniel Alves, técnicos de laboratório da Sesai, tomam um café e conversam enquanto aguardavam o início de uma longa jornada que os levaria a Maiá, no Amazonas — uma viagem que ainda incluiria horas de barco e de caminhada até o destino final, onde fariam a manutenção do equipamento que faz o tratamento de água. “É importante oferecer água com qualidade para evitar verminose e diarreia”, explica Jeniel.

A antropóloga Clarisse Jabur, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), acompanha os professores Yanomami Otoniel e Arnaldo Sanõma, que aguardam o retorno à comunidade de Kulapoibu. Eles vieram a Boa Vista providenciar material escolar para seus alunos. Até a hora de partir, organizam a bagagem, mexem no celular. Discretos, recusam a oferta de um senhor engravatado, que os oferece um exemplar do Novo testamento, com curiosa capa camuflada. “Este livro não será vendido”, informam as letras douradas que também brilham na logomarca dos Gideões Internacionais do Brasil. Um território de disputas de narrativa, penso eu, ao aceitar o presente.

Do lado de fora, próximo à balança que pesa pessoas e cargas que serão embarcadas, o técnico de enfermagem Enaldo Oliveira confere com Pedro os dados de uma das pacientes que irá resgatar em Surucucu. Mulher, 29 anos, com inchaço e dor abdominal. Lamento não podermos acompanhá-lo, digo a ele.

Há 12 anos no trabalho, Enaldo me explica que a remoção não acaba quando o avião pousa em Boa Vista. Durante o trajeto de volta da TIY, os técnicos já comunicam via rádio a situação do paciente e se vão necessitar de suporte. Na maioria dos casos, descem na base da Voare; quando a situação é mais grave, desembarcam no Aeroporto de Boa Vista. Em ambos os casos, os pacientes são encaminhados em uma ambulância ao Hospital Geral de Roraima (HGR), onde são avaliados por uma equipe médica.

Ao seu lado, Marlon Souza, também técnico de enfermagem do Dsei, prepara os equipamentos que vai levar ao Alto Mucajá, onde vai buscar um paciente. “Facada na coxa, parece. Não sei exatamente o que aconteceu, mas vamos



Geovane de Oliveira e Jeniel Alves: técnicos de laboratório da Sesai, rumo a Maiá, no Amazonas.

preparados”, diz, enquanto confere uma planilha. Ele explica que o número de remoções por técnicos varia, mas em média são dois voos por dia para cada um deles.

Há de se considerar que, pelo tamanho do território e pelas condições de tempo, o número pode ser maior ou menor, ressalta. Depois de seis anos na função, Marlon disse já ter visto muita coisa: vítima de tiro, criança com pneumonia grave. “Parto prematuro em pleno voo. Essa remoção eu nunca esqueci”, completa Enaldo.

Quase 10 da manhã e cinco voos já partiram. Geovane, Jeniel, Clarisse, Otoniel e Arnaldo já não estão mais ali, Enaldo e Marlon se preparam para decolar. Eu me aproximo de Pedro, que conversa com um rapaz de camiseta vermelha do Dsei. Ele toca meu ombro e diz: “Apareceu mais um resgate aqui do lado, mas só dá pra ir um de vocês”. Antes que eu manifestasse qualquer reação, ele emenda: “É o que temos para hoje e é para já”. Sem pensar, aceito a proposta. Um misto de medo e excitação percorrem meu corpo. Respiro, confiro mentalmente se está tudo na mochila, arranco o carregador do celular da parede e em minutos estou na pista, sob o sol da linha do Equador, pronto para subir a bordo.

O rapaz da camiseta vermelha é Rui Deglan, responsável pelo resgate. Sorriso no rosto, ele me diz que vamos pegar uma moça na comunidade de Pewaú. Ela foi ferida na cabeça por uma arma de fogo. Disse não saber exatamente como (e o quê) aconteceu — e penso que essa deve ser a realidade da maioria dos casos, no dia a dia destes profissionais.

Antes de embarcar, sou informado de que as condições da pista de Pewaú não são boas. Comigo no avião, haveria dificuldade de levantar voo, na volta. Decidem então que vão fazer uma escala no polo base do Baixo Mucajá, que fica próximo à comunidade onde está a paciente e me deixar lá. “A pista é melhor. Daí você aproveita para conversar com a equipe que está lá”. Balanço a cabeça, afirmativamente, enquanto me ajeito no pouco espaço interno do avião. Vejo Rui acomodar uma maca e uma pequena maleta. Em poucos minutos decolamos da pista asfaltada em direção ao céu azul da Amazônia.

À medida que nos aproximamos do polo base, a floresta vai se adensando em matizes de verde mais intensos. As linhas retas substituídas por formas mais orgânicas; os quadrados dando lugar às curvas acentuadas, aos incertos espelhos

d'água; os diferentes tamanhos de árvores e as diversas texturas, misturados, formam um intenso contraste com o rio que segue seu rumo tingindo o caminho de amarelo ocre. Pássaros voam em bandos, abaixo do avião. A beleza que se aproxima da visão, no entanto, não me deixa esquecer que muitas águas da terra que vou visitar estão contaminadas pelo mercúrio usado na extração de ouro.

Mesmo com o barulho ensurdecedor, escuto o piloto avisar que já iremos pousar. Rui me diz que ali perto, na entrada do rio, existe um posto da Funai, para controle dos barcos que

entram no território indígena. O avião está cada vez mais baixo e ainda não vejo a pista abaixo de nós. Sem aviso, uma curva a seguir, e já vejo a copa das árvores a pouca distância.

Pousamos sem sobressalto, mesmo sendo a pista apenas um gramado mais ou menos regular. O alívio descontraí o pensamento, ao mesmo tempo em que vejo crianças correndo em direção ao avião. Naquele momento, vem-me à cabeça uma sensação, que arrisco traduzir como "Haixopê!" — uma interjeição yanomami de aprovação e espanto, como ensina Kopenawa, no recém-lançado livro *O espírito da floresta*.



A equipe que recebeu Radis, no Baixo Mucajai: Julio Melo, Jailma da Conceição Lima e Alex Sandro Costa Coelho.

FOTO: ADRIANO DE LAVOR.

## TERRA (NÃO TÃO) FIRME

Quem me recebe na pista do polo base do Baixo Mucajai é o técnico de enfermagem Júlio Melo, que há 11 dias divide as tarefas no local com a colega Jailma da Conceição Lima e o agente de endemias Alex Sandro Costa Coelho. Juntos, eles cumprem uma jornada de 30 dias na TIY, dividindo tarefas como aplicar vacinas e medicamentos, fazer visitas domiciliares, realizar consultas de pré-natal e preparar lâminas para o diagnóstico de malária. Atendem cerca de 340 indígenas, que vivem em cinco comunidades próximas. Naquele dia, não há médicos ou enfermeiros no polo, que é considerado um dos mais bem estruturados na região.

A casa simples de madeira é ao mesmo tempo local de atendimento e dormitório da equipe. Eles me convidam para conhecer as instalações, enquanto me servem um café. Na sala, sentada à mesa, Jailma confere cartões de vacinação. Acima de sua cabeça, um quadro registra os atendimentos e as vacinas oferecidas. No ar, o cheiro de feijão em cozimento me faz olhar para o relógio. São 11 horas da manhã. A televisão ligada, sintonizada no jornal do meio-dia, me lembra que estamos acima da linha do Equador, em outro fuso horário. A calma é apenas aparente, pelo rumo que a conversa toma a seguir.

Julio me informa que o maior problema ali é a falta de energia elétrica, insuficiente para as atividades diárias. Naquele dia, o gerador não funcionava e a televisão estava ligada a uma bateria. "Quando o gerador da Sesai quebra, pegamos emprestado o da comunidade", conta. "Tudo depende de um motor", esclarece. Sem energia elétrica, não há como ter água encanada nem conservar alimentos ou usar a internet.

O cheiro que sinto de comida, diz ele, é uma maneira de não deixar estragar os alimentos; a água que usam, inclusive para beber, vem de um igarapé próximo e precisa ser tratada; a comunicação é feita via rádio — que não funciona 24 horas e há dias em que não dá sinal. No caso de uma ocorrência grave, durante a noite, têm que esperar até o dia seguinte, o que os deixa inseguros.

Alex me relata outra dificuldade, vivenciada dias antes da minha visita. Em uma tarefa de rotina no Mucajai, Julio e ele estavam em um barco, acompanhados de dois indígenas, quando foram avistados por uma equipe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que sobrevoava a região em um helicóptero. A aeronave veio na direção deles, e seus ocupantes já tinham as armas apontadas.

"Pensaram que nós éramos garimpeiros. Os indígenas pularam do barco, apavorados com a situação", relembra o agente de endemias. "Nós precisávamos ter uma identificação de que somos trabalhadores da saúde", completa Julio, informando que os dois não foram alvejados porque levantaram as caixas de vacina e de primeiros socorros. Peço para fotografá-los com as



caixas salva-vidas e eles brincam: “Vamos fazer nossa foto com as funcionárias do mês”.

A conversa é interrompida pela chegada de duas indígenas que trazem uma criança para se vacinar. No cômodo que abriga a farmácia, Jailma confere o cartão da pequena Alcione, que deve ter pouco mais de dois meses de vida, enquanto prepara as três doses que Alex aplica, com cuidado. Ela me diz que, em área indígena, técnicos e agentes muitas vezes são obrigados a fazer o trabalho de médicos, de enfermeiros e até de psicólogos.

As lágrimas da bebê me comovem quando vejo a mãe, Raiane, afagar seus cabelos em silêncio. Penso nas muitas vezes em que vi indígenas sofrerem silenciosos, naqueles dias de viagem. Aproveito para perguntar à equipe como se comunicam com aquelas pessoas, que têm uma cultura tão diferente. Alex destaca a colaboração dos agentes indígenas de saúde (AIS) na tradução das orientações; Julio ensina que é preciso levar a cultura Yanomami muito a sério. “Mesmo com a formação de antropologia, a gente aprende mesmo é com os mais antigos”, diz, lamentando que as condições de trabalho ainda não sejam ideais. “A gente volta de área com muitos problemas, algumas vezes psicológicos”, completa.

Um aviso no rádio interrompe a conversa, mais uma vez. É Rui que manda dizer que já estão retornando de Pewaú. Em alguns minutos estou de volta à pista de pouso onde me despeço dos profissionais, que ainda permanecerão algumas semanas por ali. Decolo com o coração apertado ao reconhecer a dedicação com que trabalham, mesmo em condições adversas; como sinal de agradecimento, deixo sobre a mesa do polo duas barras de chocolate e um pacote de passas que trazia na mochila. Em silêncio, também agradeço aos espíritos da floresta, por terem me guiado até ali.

## SILÊNCIOS E TURBULÊNCIAS

Já é perto do meio-dia quando o monomotor aponta na cabeceira da pista e se aproxima de onde estou com Julio e as muitas crianças que voltaram a aparecer. De longe já é possível ver que o avião vem com mais dois passageiros. A moça, que era da etnia Xirixana, recebe soro na veia e tem um curativo na cabeça, protegido por uma faixa de gaze. Impressiono-me com sua juventude. Ao seu lado, um rapaz também muito jovem a ampara. Pela aparência, deduzo que são irmãos, informação confirmada por Rui.

Ele me conta que ela foi vítima de uma agressão, feita com o cabo de uma arma, após uma briga causada pelo uso excessivo de bebida alcoólica. Entro no avião, digo boa tarde e me deparo novamente com o silêncio respeitoso e desafiador dos indígenas diante da dor. Sinto um certo constrangimento por não conseguir me comunicar, mas não paro de pensar como são resistentes às ameaças, não somente as físicas. Lembro de imediato de uma frase dita pelo pensador Ailton Krenak, logo após a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018: “Fico preocupado é se os brancos vão resistir. Nós estamos resistindo há 500 anos”.

O avião decola sem problemas e mais uma vez o espetáculo da natureza se descortina à minha frente. Árvores,



Jailma e Alex Sandro aplicam vacinas em uma criança yanomami.

passaros, folhagens e um horizonte sem fim vão se perfilando na lateral da aeronave, enquanto tento equilibrar mochila, garrafa d'água, caneta e papel nas duas mãos. Tento fazer fotos, gravar alguns vídeos, mas a tranquilidade experimentada na viagem de ida é solapada por uma turbulência constante que faz os ponteiros do meu relógio se arrastarem no mostrador. “Como ela tem um ferimento na cabeça, temos que voar mais baixo”, explica Rui. “Quanto mais baixo, mais turbulência”, emenda o comandante.

Hipnotizado pela hélice que parece girar lentamente na dianteira do avião, tento me concentrar na paisagem, vez ou outra virando um pouco o corpo para espiar os dois passageiros, que seguem firmes em seus silêncios. Ele, a observar a vista pela janela; ela, a observar-se, contrita, em sua dor. Daria tudo para saber o que pensam, anoto no caderno, as letras borradas diante dos solavancos do avião, que mais parece uma folha de papel a ser levada pelo vento. Ensaio um sorriso acolhedor, mas desisto da abordagem. Opto também pelo silêncio solidário de quem também está longe de casa.

Avião da equipe do DSEI YY é recebido por profissionais e crianças, no Baixo Mucajáí.



FOTO: ADRIANO DE LAVOR.

Alguns minutos depois, Rui me averte. “Não estamos sozinhos. Olha ali, do lado direito”. Enquanto ele avisa pelo rádio que a moça já está medicada e que só vai precisar de um carro para levá-la ao hospital, eu dirijo meu olhar para onde ele aponta e vejo outro avião, voando bem mais baixo que nós, seguindo praticamente o mesmo percurso.

“São garimpeiros”, avisa, com a tranquilidade de quem já viu aquela cena inúmeras vezes. Em 14 anos de Sesai, sete deles trabalhando em terra indígena, quatro na Casai e os últimos três fazendo remoções, ele me diz que logo vamos perdê-los de vista, já que devem pousar em alguma pista clandestina.

Passo a acompanhar a aeronave com o olhar, por vezes confundindo sua sombra com sua real imagem. Mais uma vez, o contexto de violência em que estamos inseridos me vem à cabeça, sem que, no entanto, me sinta ameaçado. Como se a ação da qual participasse me oferecesse um escudo protetor, esqueço por alguns minutos a turbulência interna e a violência externa, tão comum naquele território. Penso em anotar algo,

mas nada me ocorre. De novo as fazendas voltam a dominar a paisagem, com suas linhas retas a indicar limites e propriedades. O calor do sol a pino aumenta o desconforto, à medida que a cidade se aproxima.

De volta à base, são e salvos, sinto-me mareado de ar, como se tivesse participado de um estranho ritual. O desembarque é rápido, logo após o pouso, sem que haja tempo para fechamentos ou despedidas. Rui segue com os indígenas em direção ao HGR, o piloto desaparece entre os colegas no hangar e eu reencontro meu companheiro de equipe, me perguntando se já almocei.

O que para os profissionais foi apenas mais um dia de trabalho, para mim foi uma das experiências profissionais mais incríveis que já vivi. Em plena epidemia de motores e fumaça (como descreve Kopenawa), com tantas imagens de morte divulgadas à exaustão, gravei em minha mente registros concretos de reafirmação da vida. Quando fecho os olhos e penso naquele dia, sinto ainda o perfume da floresta. Haixopê!



O técnico de enfermagem Rui Deglan ajuda a moça resgatada a sair do avião, já em Boa Vista.

A MOÇA INDÍGENA QUE TEVE O RESGATE ACOMPANHADO PELA REPORTAGEM FOI MEDICADA NO HGR E DEPOIS ENCAMINHADA À CASAI DE BOA VISTA. A INFORMAÇÃO MAIS RECENTE É QUE ELA JÁ ESTÁ DE VOLTA À SUA COMUNIDADE E PASSA BEM.

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA.



A assembleia chamou atenção para a necessidade de retomar a demarcação das terras indígenas.

# A MENSAGEM DA FLORESTA

Assembleia Indígena de Roraima reivindica a retirada completa do garimpo da Terra Yanomami e a proteção dos territórios

LUIZ FELIPE STEVANIM E ADRIANO DE LAVOR

“**N**ão queremos deixar nossa Terra Mãe morrer. É ela quem nos sustenta e nos dá vida.” As palavras do xamã e líder Yanomami Davi Kopenawa ecoam às margens do Lago Caracaranã, na Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, como se fossem o canto dos espíritos ancestrais que os povos originários da região dizem habitar nas águas do lago. É também uma mensagem potente capaz de unir os cerca de 2.500 indígenas presentes na 52ª Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima em defesa da proteção territorial e da natureza.

O maior encontro político dos povos originários do estado aconteceu, entre 11 e 14 de março, em meio à grave crise sanitária vivida pelos Yanomami depois da invasão de seu território pelo garimpo — o que exigiu a decretação de uma Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em 20 de janeiro [Leia aqui a matéria sobre a Emergência]. Mais do que nunca, esse é um momento que

exige a união dos povos originários para garantir a retirada dos invasores dos territórios, assim como a retomada da demarcação e da regularização das terras indígenas, como destacaram as lideranças presentes no encontro.

A assembleia reuniu diferentes etnias do estado, como Macuxi, Wapichana, Taurepang, Wai Wai, Ingaricó, Patamona, Ye'kuana, Saporá e Yanomami. Ocorrido às margens do Lago Caracaranã, um santuário ecológico pertencente à TI Raposa Serra do Sol, o evento, organizado pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), recebeu a visita do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em 13 de março, ao lado das ministras dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e da Saúde, Nísia Trindade.

A equipe de Radis acompanhou a assembleia durante dois dias (12 e 13/3) e resume o que foi discutido no encontro, que se encerrou com o simbolismo de uma carta entregue ao presidente Lula exigindo a completa retirada dos garimpeiros da Terra Indígena Yanomami (TIY).



## A VOZ CONTRA O GARIMPO

O lago está em silêncio enquanto o xamã fala. Olhos atentos de indígenas vindos de diferentes cantos de Roraima e de outros estados contemplam o discurso emocionado do líder Yanomami, como um clamor deste povo amazônico conhecido por sustentar o céu. “O garimpo poluiu os nossos rios da Terra Yanomami. É por isso que peixe não tem mais. Mercúrio é veneno. Traz doença”, adverte Davi Kopenawa.

É possível dizer quando começou a tragédia dos Yanomami? “Eles [os invasores] chegaram há 523 anos e vieram nos matando, e assim repetiram e repetiram”, afirma, apontando que o descaso do último governo com os povos indígenas repete uma história de genocídio no Brasil, testemunhada desde o início da colonização. “Cresceu o número de garimpeiros e de invasores, com apoio de fazendeiros, deputados, senadores e do governador de Roraima”, afirma.

Os rios Palimiú, Mucajá, Apiaú e Catrimani cortam a Terra Yanomami e hoje estão contaminados pelo mercúrio, com impactos incalculáveis na alimentação, na vida cotidiana e na espiritualidade dos indígenas que ali vivem. “Estragaram onde nascem os nossos rios, onde bebemos água e tomamos banho”. Kopenawa destaca que a invasão do garimpo ocorreu com a conivência do ex-presidente Jair Bolsonaro. “Garimpeiros que vieram de fora de Boa Vista entraram [em nosso território] e o Bolsonaro estava junto com eles [com apoio]”, declara.

“Abriram a porta para entrar os garimpeiros”. Em Surucucu, conta, houve também conivência dos militares: “Não fizeram nada”. Além da contaminação dos rios, a presença do garimpo levou à desestruturação do modo de vida dos indígenas, com a introdução de doenças como a malária, bem como da prostituição, do alcoolismo e da criminalidade. “Os parentes que moram perto do garimpo acabaram se acostumando, os garimpeiros deram comida para eles e bebida também. Agora eles ficaram doentes”, relata.

A morte de 570 crianças Yanomami, durante o governo Bolsonaro, é a face mais perversa da invasão do território, mas não a única. “Temos que pedir a Lula que retire os garimpeiros da Terra Yanomami. Se não tivermos a Terra Planeta, onde nós vamos comer e viver?”, indaga o xamã [Leia as entrevistas de Davi e de seu filho, Dario Kopenawa].

## A CURA DAS ÁGUAS

Júnior Hekurari Yanomami tem usado, repetidas vezes, o simbolismo das águas para invocar a ideia de que, com os rios poluídos e sem peixe, não há saúde. “Precisamos de apoio para curar a água”, declara à Radis o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana (Condisi-YY). “A água está contaminada. Os Yanomami precisam das águas para tomar. Sem isso, vão continuar as crianças adoecendo, com verminose, diarreia, malária. Precisamos que as comunidades sejam assistidas”, completa.

O presidente do Condisi-YY — órgão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena responsável por fiscalizar, debater e apresentar políticas para o fortalecimento da saúde, na área abrangida por um Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) — reconhece que a decretação de uma Emergência Sanitária na TIY foi um passo importante, “mas ainda está longe de resolver [os problemas]”. “Toda essa força-tarefa que está trabalhando descobre grandes buracos deixados pelo governo passado”, constata.

“A nossa preocupação é a retirada total dos garimpeiros da Terra Yanomami. A luta continua: 70% dos garimpeiros saíram voluntariamente, mas muitas localidades ainda têm a presença deles”, diz. Por isso, as lideranças indígenas presentes na assembleia redigiram uma carta entregue ao presidente Lula que exige a garantia de proteção territorial. O documento pede a retirada total dos garimpeiros e destaca a necessidade de promover mais saúde nos territórios.



Consideradas sagradas, as águas do Lago Caracaranã receberam os indígenas para um banho no intervalo da assembleia.

FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

## A CARTA E O PRESIDENTE

“A retirada dos garimpeiros ilegais da TIY deve ser prioridade e não mais adiada, e pedimos que Ministério da Justiça e Polícia Federal atuem para responsabilizar os envolvidos, entres eles o ex-presidente Bolsonaro e o governador de Roraima, Antonio Denarium”, afirma a carta final do encontro [Leia: <https://bit.ly/carta52agpi>]. E completa: “Somos contra a anistia aos garimpeiros”.

No discurso aos milhares de indígenas presentes na assembleia, Lula se comprometeu com a retirada total dos garimpeiros da Terra Yanomami. Também ressaltou a necessidade da retomada das demarcações. “A gente precisa demarcá-las [as Terras Indígenas] logo, antes que as pessoas se apoderem delas”, destacou.

O presidente ressaltou que as demarcações vão permitir que os indígenas “possam aumentar a sua capacidade de produção e ajudar a gente a cuidar daquilo que passa a ser um bem precioso para nós, que é a necessidade de cuidar do clima”. “Se a gente não cuidar do clima, a humanidade vai desaparecer por irresponsabilidade”, completou.

Lula retornou à TI Raposa Serra do Sol após treze anos. Em seu primeiro mandato, ainda em 2005, o presidente foi o responsável por homologar o território e ordenou a retirada de fazendeiros, depois de décadas de litígios e conflitos. “Queremos mostrar que esse mundo pode produzir sem precisar derrubar mais nenhuma árvore da Amazônia”, declarou, em discurso.

## O LAGO SAGRADO

Um vento forte sopra sobre o lago, como se fosse a voz das águas. É hora do almoço e as caravanas dos diferentes povos formam filas para distribuir as refeições. Em um exemplo de partilha comunitária, ninguém fica sem comida — nem

mesmo os repórteres de Radis que vieram de Boa Vista para a cobertura do evento. O Centro Regional Lago Caracaranã fica a 180 km da capital de Roraima, no município de Normandia, quase na fronteira do Brasil com a Guiana.

Assim que termina o almoço, começa o tempo da alegria: crianças, mulheres e homens mergulham nas águas do lago, alguns com a própria roupa do corpo, sorrindo e brincando. A cena revela a conexão dos indígenas com a força das águas. Antes da demarcação, o Lago Caracaranã era explorado pelo turismo privado — hoje o local é administrado pelos indígenas e está aberto à visitação ecológica, em parâmetros que respeitam as tradições originárias.

Logo, o grande conselho dos povos é retomado — e todos voltam à tenda principal. Quem fala então é Edinho Macuxi, coordenador do CIR, que destaca o fato de que Roraima é referência nacional na luta dos povos originários. São 32 terras indígenas no estado e o contexto recente mostrou que a união dos diversos povos da região é essencial para garantir a sua sobrevivência. “Estamos apoiando os parentes Yanomami, as comunidades que estão em estado grave, pois foram invadidas pelo garimpo”, aponta, citando, como uma das ações, a distribuição de cestas básicas.

Não há tempo para descanso: as lideranças indígenas seguem atentas à pressão de setores do governo e da sociedade que defendem a construção de empreendimentos nos territórios. Um exemplo é o projeto da Usina Hidrelétrica (UH) na Cachoeira do Bem Querer, no Rio Branco, que está em discussão há mais de uma década e pode impactar nove terras indígenas. “Nós temos alternativas renováveis para contrapor a esse modelo”, pontua, em defesa de um modelo baseado em fontes renováveis, que utilize a energia do sol e do vento.

As discussões testemunhadas pelo Lago Caracaranã, ao longo dos dias de assembleia, destacam que somente a proteção dos territórios pode garantir a preservação da floresta e das vidas indígenas.

# PALAVRAS DE UM XAMÃ YANOMAMI

O livro *A Queda do Céu: Palavras de Um Xamã Yanomami*, narrado por Davi Kopenawa ao antropólogo Bruce Albert, tornou-se conhecido no mundo todo e é hoje considerado um marco da antropologia. Uma nova obra, fruto da mesma parceria entre Davi e Bruce, acaba de ser lançada, em abril de 2023, em meio à crise humanitária vivida pelos Yanomami que levou ao decreto de uma Emergência Sanitária. O título do novo livro é *O Espírito da Floresta* (Companhia das Letras). Às margens do Lago Caracaranã, na TI Raposa Serra do Sol, durante a 52ª Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima, conversamos com Davi sobre o legado de suas palavras.

**Há décadas o senhor faz o alerta sobre a necessidade de cuidar da Terra para evitar a queda do céu. Em todas essas décadas, a sociedade passou a escutar mais a sua mensagem?**

Quem está escutando? Quem está lendo? Alunos de 20 ou 30 anos e antropólogos estão escutando, mas a maioria não escuta. A maioria não quer escutar. Eles só querem escutar o dinheiro. Os recursos, eles escutam mais, olham mais para ele [o dinheiro]. Essas palavras que eu falei na própria língua Yanomami e teve ajudante que escreveu o que eu pedi. A minoria está escutando, estão acreditando. Estão olhando longe, vendo a minha alma e a minha luta, a beleza da floresta e do nosso planeta Terra. Algumas pessoas estão acreditando no

que estou dizendo: “Davi fala coisa boa, importantes para nós todos”. Sem a floresta, é muito quente, vai esquentar muito o planeta. A água vai sumir. Fica seco. [O livro] *A Queda do Céu* está ajudando minha luta, está na frente, na ponta do caminho. No Brasil estão lendo e fora também estão lendo. Os seres humanos da cidade estão muito errados, não estão respeitando nossa Terra-mãe. Eles vão continuar a ler, não vão sonhar, mas vão se apaixonar para proteger.

**A gente vê uma união dos povos originários em torno de pautas comuns e da defesa da natureza. Qual é o papel dos indígenas para o futuro do Planeta?**

Awê! Nossos povos indígenas do Brasil foram criados por Omama para terem a responsabilidade de cuidar da nossa Terra-mãe. Foi Omama, nosso Pai, quem criou. O branco pensa: “Índio fala que a Terra é mãe”. Sim, é onde nós nascemos, onde nossa mãe nasceu, onde nosso pai nasceu. Nós, povos originários, somos guardiões da Mãe Terra para sempre viver bem, ter comida e trabalho, tomar banho e beber água limpa e comer comida saudável. Quem guarda a riqueza da Terra? Não sou eu que vou guardar, não é na loja que vai guardar. A riqueza está guardada debaixo da árvore, onde caem as folhas e as frutas. Ali está o nosso alimento, o que a gente planta, banana, macaxeira; o branco também planta: arroz, feijão, verdura. A Terra é muito generosa para nós todos. É por isso que falamos que somos melhores guardiões da Mãe Terra. [L.F.S.]



FOTO: EDUARDO DE OLIVEIRA

# “NÃO É MAIS GARIMPO ILEGAL. É MINERAÇÃO INDUSTRIAL.”

Dario Kopenawa narra à Radis a luta do Povo Yanomami para proteger seu território e o Planeta Terra

LUIZ FELIPE STEVANIM

**H**á mais de quatro décadas, a voz do xamã Davi Kopenawa alerta para a possibilidade iminente da queda do céu. Na cosmologia Yanomami, os habitantes da floresta, com o auxílio de seus espíritos, são responsáveis por sustentar o firmamento e evitar a extinção da humanidade — essa é a maneira como este povo originário anuncia que, com o desmatamento e a destruição das florestas, não há futuro para os humanos sobre a Terra.

As palavras de Omama, considerado o Criador na visão Yanomami, ganharam o mundo por intermédio de Davi Kopenawa — e são hoje repetidas por seu filho, Dario Kopenawa. “Se a Terra está sangrando, nós adoecemos também”, afirma Dario Vitorio Kopenawa Yanomami em entrevista à Radis. Pai e filho são, respectivamente, presidente e vice-presidente da Hutukara, associação fundada em 2004 para fortalecer as pautas do povo Yanomami.

Reconhecida no mundo todo, a luta deste líder indígena e a projeção internacional que alcançou foi uma das responsáveis pela demarcação da Terra Indígena Yanomami (TIY), em 1992, após uma leva de invasão de garimpo ilegal a partir

de 1986, que provocou doenças e assassinatos em seu povo. Trinta anos após a demarcação, completados em 2022, os Yanomami sofrem novamente com a invasão do território e a chegada de doenças e do crime organizado — o que interrompeu um período de recuperação da floresta e da saúde das pessoas, em que a população Yanomami cresceu de cerca de 10 ou 15 mil, no início dos anos 1990, para 31 mil indígenas atualmente, como ressalta Dario.

A nova onda de invasão tornou-se ainda mais cruel, porque contou com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro e ganhou escala industrial, como destaca o vice-presidente da Hutukara. “Não é mais garimpo ilegal. É mineração”, afirma. Nascido na comunidade Watoriki, no curso do Rio Demini, no Amazonas, Dario começou os estudos em 1995, no curso de formação de professores Yanomami, e ingressou no ensino superior em 2011, para estudar Gestão Territorial Indígena, na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Na sede da Hutukara, em Boa Vista (RR), ele conversou com a Radis sobre o passado, o presente e o futuro das lutas Yanomami pelos direitos indígenas, pela Amazônia e pelo Planeta Terra.

### **Como o garimpo machuca a floresta e desestrutura o modo de vida do povo Yanomami?**

O garimpo é uma praga, igual um cupim. Se você derruba a casa dos cupins, meia hora ou duas horas depois eles colocam a casa de novo. Na década de 1980, no ano de 1986, quando a Terra Yanomami foi invadida pela atividade de garimpo ilegal, ali começou a primeira violação do nosso território e uma violação do humano também, de nós Yanomami. A gente sofreu muito nessa década, quando entraram quase 40 mil garimpeiros. O nosso território não estava demarcado. Os governos federal e estadual não tinham interesse em demarcar. Meu pai lutou por quase 15 anos para demarcar. Demorou muito. E os Yanomami morreram bastante. Quase reduziram a população em 20%. Não tínhamos sido vacinados contra o sarampo e a febre amarela. Éramos muito frágeis.

### **Como foi essa primeira onda de invasão na década de 1980, antes da demarcação?**

Quando os garimpeiros entraram, levaram muitas doenças. Tuberculose, malária, diarreias. Nessa época, o governo federal não tinha noção para proteger os Yanomami. Os ex-senadores estavam muito fortes, como o ex-governador do estado, Romero Jucá, que era presidente da Funai [entre maio de 1986 e setembro de 1988]. Ele trouxe o garimpo de Serra Pelada [no Pará]. O nosso território foi invadido. Com a luta dos povos Yanomami e Ye'kuana, a gente já alertava há muito tempo sobre isso.

### **Como isso afetou a relação dos Yanomami com a natureza?**

A Terra é a nossa mãe. Ela que cria, sustenta, dá o fruto, o ar e os rios limpos, as frutas como buriti, açaí, castanha, ela oferece pra gente. Por isso a gente se conecta com ela, a gente sonha com ela, a gente ouve em sonho o som da floresta e de toda a biodiversidade da Terra Yanomami. Se a nossa mãe fica doente, com alguma ferida, nós sentimos dor também. Os garimpeiros fizeram bastante buracos, trouxeram mercúrio, nosso território adoeceu. Muita gente pensa nos danos ambientais e na terra destruída, mas, na nossa cosmologia, a Terra faz parte do ser humano. Ela é ser humano. Ela está cheia de ferida e sangue: quando se vê cheia de buraco com lama, isso para gente é o sangue. Se a Terra está sangrando, nós adoecemos também. De malária, gripe, tuberculose e câncer. As crianças estão caindo os cabelos. Há muitos anos a gente fala isso. Meu pai tem quase 48 anos de luta e resistência em defesa da natureza e da floresta, da Amazônia, em geral. Hoje a Terra Yanomami está poluída de maquinário e mercúrio. Por isso nós adoecemos. Como somos filhinhos da Terra, a gente adoecer.

### **São 30 anos da demarcação da Terra Yanomami, completados em 2022. De lá para cá, o que houve de avanços e retrocessos?**

Depois da demarcação, foi como uma criança que nasceu e a gente registrou no cartório. Nós, Yanomami, não tínhamos noção de como seria em longo prazo. A gente estudou, se formou nas universidades, criamos a organização Hutukara, foi uma conquista muito grande. Isso é uma história de resistência para o povo Yanomami e para o futuro também. É um grande presente para as gerações, para quem está nascendo e crescendo hoje. Os nossos bisavós, tios, tias, morreram com

as invasões e os assassinatos, como no massacre de Haximu, em 1993. São 30 anos de resistência, mas ainda continua o genocídio e as violações graves de direitos humanos. Metade da vitória nós ganhamos, através da legislação brasileira que garante o nosso território na Constituição, o artigo 231; mas, por outro lado, nós perdemos muito. Em 20 anos, a população Yanomami cresceu. Somos 31 mil Yanomami. A gente cresceu e melhorou muito. Mas depois de 20 anos, começou de novo a invasão. É um cenário repetitivo.

### **Hoje escutamos novamente que o Estado virou as costas para os Yanomami. O que favoreceu essa nova entrada de garimpeiros?**

Hoje, nossos velhos historiadores acabaram. Nós perdemos os nossos avós, durante a briga pela exploração da TIY. Estávamos recuperando a nossa vida normal, a nossa mentalidade, o nosso pensamento, salvando, respirando, porque a gente sofreu muito na década de 80. E nos últimos quatro anos, começou de novo o cenário repetitivo. Na década de 80, não tinha muito o garimpo de maquinário pesado, eram manuais, com bateia na cabeça. Não tinha estrutura industrial. Era mais ou menos artesanal, mas estragava muito os nossos rios. Causava grande conflito com os garimpeiros, muitos guerreiros morreram, reduziu a nossa população. Ficamos entre 10 e 15 mil pessoas nessa tragédia. Um absurdo que aconteceu. Na década de 80, a gente está falando de garimpo ilegal. E hoje percebo uma atividade de mineração.

### **Por que você afirma que não é mais garimpo ilegal e sim mineração industrial e predatória?**

Não sei o que vocês, não indígenas, estão percebendo. Sou Yanomami, não conheço esse sistema de garimpagem, mas percebo atividades mais pesadas, mais de 20 mil garimpeiros na TIY. Hoje é um modelo da cidade, com capacidade e inteligência. Quantos maquinários têm aí? O nosso território Yanomami foi destruído nos últimos quatro anos. Quase 4.400 hectares foram destruídos. Hoje o sistema de mineração na Terra Yanomami tem internet, aviões, helicópteros e apoio de mercados internacionais. Os empresários são cheios de dinheiro. O Estado brasileiro apoiou essa atividade de mineração. São maquinários pesados. O crime organizado entrou na TIY, com facções. São dragas de quase 2 metros de altura nos rios, com toneladas e toneladas. Não é mais garimpo ilegal. É mineração.

## **GENOCÍDIO BRASILEIRO**

Em meados de 1993, o mundo tomou conhecimento de um crime chocante no coração da Amazônia, na fronteira do Brasil com a Venezuela: dezesseis Yanomami, entre crianças, mulheres e idosos, foram assassinados por garimpeiros na comunidade de Haximu, em Roraima. O episódio conhecido como Massacre de Haximu é o primeiro e único crime julgado, até então, como genocídio no Brasil.



## SOB ATAQUE

Além do desmatamento e da contaminação de rios e igarapés, a extração ilegal de ouro (e cassiterita) trouxe uma explosão de casos de malária e outras doenças, com a invasão que ocorreu depois de 2016, considerada a pior desde a demarcação da TIY, segundo o relatório Yanomami Sob Ataque, publicado em abril de 2022. O documento, produzido pela Hutukara em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), indica que a mineração na TIY cresceu nada menos que 3.350% entre 2016 e 2020, segundo dados da MapBiomas.

### Como a desassistência agravou a situação do Povo Yanomami?

O ex-presidente da República [Jair Bolsonaro] estava envolvido, com apoio, os outros países são envolvidos e bancam a atividade. Nesses últimos quatro anos, oito Yanomami foram assassinados por arma de fogo. Isso é uma crise humanitária e sanitária. Explodiu a doença na TIY. Agora os Yanomami estão morrendo contaminados de mercúrio. Onde vamos tomar água? Os nossos rios estão cheios de lama, diesel e mercúrio. É uma situação muito vulnerável. Há 20 anos, estávamos recuperando os nossos rios. Onde havia muitos buracos, nós estávamos reflorestando. Agora piorou mais ainda, estão usando armas de fogo e de guerra. É um alerta muito grande. Como cresci nessa época de invasão [na década de 1980], continuo alertando a sociedade brasileira sobre essa atividade de exploração de mineração na Terra Yanomami.

### Os povos originários são chamados de guardiões da floresta. Qual é a importância das pautas indígenas para o futuro do Planeta?


A gente sempre fala sobre o nosso Brasil indígena. É o nosso território, a nossa casa. Assim como nós, os nossos bisavós tinham esse manejo de proteção do nosso território e da nossa floresta. Nosso Criador, que se chama Omama, deu um papel importante para nossos ancestrais: "Vou criar esse território para vocês protegerem". Não pode estragar com desmatamento. Quando a gente vai fazer uma roça, pedimos permissão a Omama para derrubar uma árvore. A gente sabe os nossos limites, conhecemos as regras. Somos guardiões do mundo. Sabemos proteger a humanidade. Por isso, somos como parentes, ou filhos da Terra. A gente reza com as montanhas, as águas, os rios, os animais.

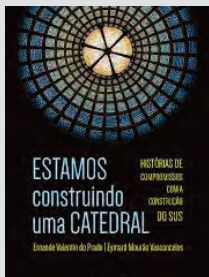
### E como a sociedade brasileira responde a essas pautas?

São 523 anos de invasão e resistência. A sociedade brasileira é recente no território Brasil. Estão quebrando as regras. O protocolo do branco é a Constituição. Hoje, a sociedade, os parlamentares e o governo não querem respeitar a própria legislação brasileira. Sem os 305 povos indígenas, o Brasil não estaria verde agora. Se você pensasse bem, olhasse e sonhasse, onde os territórios indígenas estão demarcados, a floresta está viva. Onde há grandes capitais, a terra está desmatada. A humanidade está querendo acabar com a terra-floresta. Nós estamos contribuindo muito nas redes,



“O nosso território Yanomami foi destruído nos últimos quatro anos.”

nos jornais. Mas o modo de viver do branco é muito difícil, não quer raciocinar com o que a gente fala. Esse ano terá um grande Acampamento Terra Livre (ATL), que é um grande fórum para chamar atenção das autoridades. Queremos viver em paz com vocês, não indígenas. O nosso território é um. Não tem dois. Se a gente acabar, onde vamos viver? Tem outra Terra? Daqui a 100, 200 anos, vamos brigar por terra. Já está acontecendo isso: nossos territórios estão protegidos pela Constituição Brasileira e os brancos estão invadindo, cortando as madeiras, plantando soja. Isso já é sinal de disputa para roubar mais o nosso território. Nós, indígenas, perdemos muito. A sociedade não indígena roubou o nosso terreno. Queremos que os não indígenas apoiem a nossa luta para vivermos sem conflitos. Somos iguais a vocês, não somos diferentes. O pensamento, os olhos, o coração, a boca, o nariz, somos iguais. Meu coração respira igual ao seu. 



### TRABALHADORES DO SUS

Apesar das grandes limitações de recursos materiais e fortes interferências em seu funcionamento pelo uso político eleitoral e ideológico, o SUS vem se expandindo e se destacando internacionalmente, em grande parte, pelo intenso envolvimento e dedicação de muitos de seus trabalhadores e de lideranças comunitárias. E é em defesa do SUS que Ernane Valente do Prado e Eymard Mourão Vasconcelos lançaram *Estamos Construindo Uma Catedral* (Editora Hucitec). O livro busca compreender os caminhos de aprendizado do intenso compromisso e os desafios enfrentados por muitos trabalhadores de saúde na construção do Sistema Único de Saúde.



### SEGURANÇA ALIMENTAR

A Iniciativa Saúde Amanhã lançou o livro digital *Alimentação e Nutrição no Brasil: Perspectivas na Segurança e Soberania Alimentar*, do selo Edições Livres (Icict/Fiocruz). A obra, que está disponível gratuitamente no Portal de Livros em Acesso Aberto (Porto Livre), traz contribuições de um grupo de pesquisadores para o planejamento e a definição de prioridades do sistema de saúde brasileiro. O trabalho teve como referência a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, que tem como um de seus objetivos centrais “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”. Para baixar: <https://bit.ly/livrosegurancaalimentar>.

### BOLSA FAMÍLIA

Em um vídeo publicado no canal da Editora Unesp, no YouTube, os pesquisadores Alessandro Pinzani e Walquiria Leão Rego desmentem quatro boatos e inverdades repetidos à exaustão pelo senso comum sobre o Bolsa Família, que completou 20 anos em 2023. Além de contextualizar historicamente o programa, os pesquisadores falam sobre as perspectivas e os rumos do programa depois de seu relançamento pelo governo Lula. Acesse: <https://bit.ly/videobolsafamilia>.



### FAVELADOS

uma experiência no Complexo da Maré



### FEMINISMO PLURAL

No livro *Feminismos no Brasil*, Andreza Jorge analisa as experiências de mulheres no Complexo da Maré, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, mobilizando o conceito de “escrivência corporal” e articulando relações comunitárias e ancestralidades. A abordagem, que une um consistente repertório conceitual à análise empírica do projeto de dança *Mulheres ao Vento*, apresenta-se como um manifesto que reivindica a inclusão de pautas e vivências faveladas na agenda feminista para a construção de um feminismo inclusivo, plural e engajado.

### PESQUISA EM SAÚDE

O Estudo NutriNet Brasil convoca pessoas de todas as idades para ajudar o país a identificar o risco de obesidade, diabetes, doenças do coração, câncer e outras doenças crônicas que afetam milhões de brasileiros. Para participar, basta fazer o cadastro no site <https://nutrinetbrasil.fsp.usp.br/> e responder a questionários simples e rápidos sobre sua alimentação e estado de saúde. O Estudo NutriNet é executado pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP). Informações pela conta da pesquisa no Instagram (@nutrinetbrasil) e pelo e-mail [nutrinetbrasil@fsp.usp](mailto:nutrinetbrasil@fsp.usp).



# Por uma Política de Equidade Étnico-Racial e de Gênero

ROSANE MARIA CORRÊA

O racismo é uma realidade presente no cotidiano, uma prática dinâmica sem fronteiras, fluida, amorfa, que se adapta a qualquer época e está presente em todos os espaços sociais como instituições, ambiente de trabalho, na família, relações sociais, no meio acadêmico e na pesquisa.

Abdias do Nascimento identifica que o racismo praticado no Brasil é fruto de uma criação luso-brasileira e se comporta de forma difusa, evasiva, camuflada, assimétrica, mascarada e ainda assim se mantém implacável e persistente, liquidando homens, mulheres e crianças negras. A eliminação dessas vidas ocorre a partir da violência da mão armada do Estado, da inobservância ao não acesso a direitos básicos para manutenção da vida como alimento, saneamento básico, educação, trabalho e saúde para além da cotidiana desumanização que aniquila a saúde mental e autoestima dos discriminados.

Lélia González nos ensina que o racismo praticado no Brasil é o do tipo disfarçado ou, como ela classifica, é o racismo por denegação. Devido à colonização por sociedades ibéricas, que implementaram um modelo societário rigidamente hierárquico, não houve necessidade de leis segregacionistas como visto na África do Sul e nos Estados Unidos, por exemplo. No Brasil, “o lugar de negro” é imposto por práticas segregacionistas e pelo ódio racial. O lugar do negro no Brasil é o lugar da exclusão.

O mito da democracia racial é uma das tecnologias mais potentes para entorpecer os negros da sociedade brasileira para acreditarem que negros e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência de cunho racial. A falaciosa ideia de meritocracia apenas reforça o mito da democracia racial.

Beatriz Nascimento nos ensina que Quilombo é um conceito africano dos povos de língua banto que foi resignificado no Brasil. Para historiadores que compactuam com o epistemicídio da história negra, trata-se de uma habitação de negros fugidos, mas para aqueles que se indignam com as condições injustas imposta pela escravidão, Quilombo é um lugar onde o direito à vida com dignidade é o princípio político maior.


Apesar de avanços nas últimas décadas quanto às lutas de combate ao racismo, ainda é necessário esforço para haver uma mudança estrutural em nossa sociedade. Não

esquecendo que outrora a ciência brasileira alinhava-se ao racismo científico e à eugenia por nomes como Nina Rodrigues e Renato Kehl, que pregavam a eliminação do negro para o desenvolvimento da nação brasileira, hoje deve se levantar contra o racismo institucional que, segundo Jurema Werneck, corresponde a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais.

O Coletivo Negro Fiocruz surgiu no ano de 2018 após uma disciplina de verão chamada Expressões do Racismo e Saúde, que tinha como coordenadores o professor Paulo Bruno e a professora Roberta Gondim. Desde então, houve a necessidade concreta de se aquilombar e ter um espaço onde estudantes e funcionários negros da Fiocruz pudessem se acolher para discutir o antirracismo e a história de resistência da população negra. Se aquilombar é se apoiar mutuamente para a construção de um ambiente viável em meio aos desafios e dificuldades diários.

Em nosso Quilombo questionamos: Quantos pesquisadores negros fazem parte do seu departamento? Quantos autores negros estão na ementa da disciplina que você leciona/estuda? Há o recorte racial na sua pesquisa? Como a desagregação de dados por raça/cor é discutida na sua pesquisa? Como a sua pesquisa tem contribuído para a desconstrução do mito da democracia racial?

O nosso desejo é que o debate racial e de gênero se amplie e se torne cotidiano, e não exceção. Que não sejam assuntos para se discutir exclusivamente em espaços de disciplinas eletivas. Que os comitês de ética em pesquisa passem a estranhar quando projetos de quaisquer naturezas sejam submetidos sem a desagregação da informação por raça/cor/etnia. Que a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra e a equidade étnico-racial estejam nas ementas das disciplinas que discutem a saúde da população brasileira.

O debate público e acadêmico de questões raciais e de gênero é a favor dos discriminados e da repressão aos discriminadores e, de certa forma, conscientiza aqueles que se preocupam de forma consciente em não praticar atos discriminatórios. O combate à opressão também é um caminho fundamental do combate ao epistemicídio e caminho para uma construção de conhecimento cada vez mais democrática, honesta e justa. 

■ PROFESSORA SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM DE SAÚDE PÚBLICA, GRADUADA EM ENFERMAGEM PELA UERJ E DOUTORANDO EM SAÚDE PÚBLICA (ENSP/FIOCRUZ), E APRESENTOU ESSE TEXTO NO LANÇAMENTO (11/4) DA POLÍTICA DE EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO DA FIOCRUZ. CONHEÇA A POLÍTICA EM: [HTTPS://BIT.LY/30SRHS4](https://bit.ly/30srhs4).

# EM UM MAR DE FAKENEWS, NAVEGUE COM QUEM TEM COMPROMISSO COM A SAÚDE PÚBLICA HÁ 40 ANOS

Radis está com SITE NOVO.  
Acesse e leia conteúdos exclusivos!

[radis.ensp.fiocruz.br](http://radis.ensp.fiocruz.br)

